



## **GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA: POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL**

### **RELATÓRIO BIÊNIO 2021-2022**

#### **COMISSÃO COORDENADORA DO GTP**

Patrícia Soraya Mustafa

Universidade Estadual Paulista - UNESP / Franca/SP

[patricia.mustafa@unesp.br](mailto:patricia.mustafa@unesp.br)

Robson Roberto da Silva

Universidade Federal Fluminense – Niterói/RJ

[robson.essuff@gmail.com](mailto:robson.essuff@gmail.com)

Alessandra Ximenes da Silva

Universidade Estadual da Paraíba -UEPB

[alesximenes13@gmail.com](mailto:alesximenes13@gmail.com)

Jucileide Ferreira do Nascimento

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

[jucileide@ufrb.edu.br](mailto:jucileide@ufrb.edu.br)



## **COMISSÃO AMPLIADA DO GTP**

Cilene S. da Conceição Braga

UFPA – Universidade Federal do Pará

[cilene@ufpa.br](mailto:cilene@ufpa.br)

Denise Maria Fank de Almeida

UEL – Universidade Estadual de Londrina-PR

[denifank@gmail.com](mailto:denifank@gmail.com)

Evilasio Salvador

Universidade de Brasília – UnB

[evilasiosalvador@gmail.com](mailto:evilasiosalvador@gmail.com)

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO BIÊNIO (2021-2022) .....</b>	<b>8</b>
<b>2. 1. PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO DA GESTÃO ABEPSS     “AQUI SE RESPIRA LUTA”, DE MANEIRA ONLINE, ENTRE OS DIAS     24 E 26 DE MARÇO DE 2021 E NOS DIAS 29 E 30 DE MARÇO DE 2021     .....</b>	<b>8</b>
<b>2. 2. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DOS GTPS NA GESTÃO     ABEPSS “AQUI SE RESPIRA LUTA”, BIÊNIO 2021-2022 .....</b>	<b>8</b>
<b>2. 3. PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES CONJUNTAS ENTRE GTPS E     EXECUTIVA NACIONAL .....</b>	<b>8</b>
<b>2. 4. REUNIÕES DO GTP DE POLÍTICA SOCIAL - DA COMISSÃO     COORDENADORA E AMPLIADA.....</b>	<b>8</b>
<b>2. 5. LIVE: O DEBATE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E AS DIRETRIZES     CURRICULARES: REFLEXÕES DO GTP DE POLÍTICA SOCIAL.....</b>	<b>9</b>
<b>2. 6. CONSTRUÇÃO DE UMA NOTA TÉCNICA COM A     PARTICIPAÇÃO DO GTP.....</b>	<b>11</b>
<b>2. 7. ARTIGO DE AUTORIA DO GTP NA REVISTA TEMPORALIS N. 42,     V.21, DE 2021 (ANEXO III) .....</b>	<b>12</b>
<b>2. 8. LEVANTAMENTO DOS GRUPOS E NÚCLEOS DE PESQUISA CUJAS TEMÁTICAS SE VINCULAM AO GTP DE POLÍTICA SOCIAL, NAS DIFERENTES REGIÕES DO PAÍS .....</b>	<b>19</b>
<b>REGIONAL SUL II .....</b>	<b>19</b>
<b>REGIONAL LESTE.....</b>	<b>23</b>
<b>REGIONAL NORDESTE .....</b>	<b>29</b>
<b>REGIONAL NORTE.....</b>	<b>33</b>
<b>REGIONAL SUL I .....</b>	<b>60</b>
<b>NÚMERO TOTAL DE GRUPOS POR REGIONAL.....</b>	<b>62</b>
<b>REGIONAL CENTRO OESTE .....</b>	<b>63</b>
<b>REGIONAL NORDESTE .....</b>	<b>64</b>
<b>REGIONAL NORTE.....</b>	<b>65</b>

REGIONAL LESTE .....	66
REGIONAL SUL I .....	67
REGIONAL SUL II .....	68
BRASIL .....	69
2. 9. REUNIÃO COM PESQUISADORES.....	70
2. 10. ANÁLISE DOS TRABALHOS APROVADOS NO XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS) 71	
2. 10. 1. TENDÊNCIAS E LACUNAS DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO ENPESS.....	71
<b>CRISE, TRABALHO E TENDENCIAS CONTEMPORÂNEAS .....</b>	<b>72</b>
<input type="checkbox"/> PRINCIPAIS TENDÊNCIAS .....	72
<input type="checkbox"/> LACUNAS OU AUSÊNCIAS .....	73
<b>SEGURIDADE SOCIAL.....</b>	<b>74</b>
<input type="checkbox"/> PRINCIPAIS TENDÊNCIAS .....	74
<input type="checkbox"/> LACUNAS OU AUSÊNCIAS .....	77
<b>GERAÇÃO DE RENDA.....</b>	<b>77</b>
<input type="checkbox"/> PRINCIPAIS TENDÊNCIAS .....	77
<input type="checkbox"/> LACUNAS OU AUSÊNCIAS .....	77
<b>POLÍTICAS PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE .....</b>	<b>78</b>
<input type="checkbox"/> PRINCIPAIS TENDÊNCIAS .....	78
<input type="checkbox"/> LACUNAS OU AUSÊNCIAS .....	78
<b>EDUCAÇÃO .....</b>	<b>79</b>
<input type="checkbox"/> PRINCIPAIS TENDÊNCIAS .....	79
<input type="checkbox"/> LACUNAS OU AUSÊNCIAS .....	81
<b>FUNDO PÚBLICO E ORÇAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS..</b>	<b>81</b>
<input type="checkbox"/> PRINCIPAIS TENDÊNCIAS .....	81
<input type="checkbox"/> LACUNAS OU AUSÊNCIAS .....	82
<b>LUTAS SOCIAIS E CONTROLE DEMOCRÁTICO NAS POLÍTICAS SOCIAIS .....</b>	<b>83</b>
<input type="checkbox"/> PRINCIPAIS TENDÊNCIAS .....	83



□ LACUNAS OU AUSÊNCIAS .....	84
2. 11. COLÓQUIO DO GTP NO XVII ENPESS .....	85
3. CONCLUSÃO .....	86
ANEXOS .....	88

## 1. APRESENTAÇÃO

Os GTPs são grupos de trabalho e pesquisa ligados à ABEPSS, e assim, devem junto com esta entidade estimular a produção científica da nossa área, produção esta que deve ser socialmente relevante, articulada com as forças radicalmente democráticas da sociedade brasileira, marcada pelo rigor teórico, metodológico e compromisso ético.

Assim, os GTPs constituem, sobretudo, uma estratégia de resistência no sentido de estimular a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social.

Para apresentar os GTPs é preciso dizer que estes tem como papel fundamental “romper com possíveis situações de isolamento dos pesquisadores e de suas produções, coletivizar debates de ponta, pautar temas relevantes, alimentar o debate da formação e do exercício profissionais, alimentar as publicações da área, estimular a organização de redes de pesquisa, fomentar a articulação com a pesquisa desenvolvida por UFAs e instituições de pesquisa na América Latina, África e demais continentes, constituir os eixos estruturadores do ENPESS, dentre outras possibilidades.” (ABEPSS, 2010).

Este GTP, em específico deve fomentar pesquisas e debates acerca das teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. Sobre a questão social e o desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Sobre a formulação e gestão das políticas sociais. Sobre a constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações



no mundo do trabalho. Os impasses da política social no contexto da crise contemporânea do capitalismo, com seus impactos para as classes, o Estado e o fundo público. (Ementa do GTP de Política Social e Serviço Social).

Nesta direção caminhamos no biênio 2021-2022 juntamente com a gestão da direção nacional da entidade que tinha como lema: “Aqui se respira luta”. Neste relatório demonstraremos as atividades realizadas durante este biênio.

## **2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO BIÊNIO (2021-2022)**

### **2. 1. PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO DA GESTÃO ABEPSS “AQUI SE RESPIRA LUTA”, DE MANEIRA ONLINE, ENTRE OS DIAS 24 E 26 DE MARÇO DE 2021 E NOS DIAS 29 E 30 DE MARÇO DE 2021**

Os membros do GTP participaram das reuniões de planejamento nos dias colocados acima, contribuindo com a construção deste plano de trabalho. O planejamento completo desta gestão pode ser consultado no site da ABEPSS: <http://www.abepss.org.br>.

### **2. 2. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DOS GTPS NA GESTÃO ABEPSS “AQUI SE RESPIRA LUTA”, BIÊNIO 2021-2022**

Cada GTP a partir de reuniões com suas comissões coordenadoras e ampliadas elaboraram uma proposta de planejamento para o biênio 2021-2022. O GTP de Política Social realizou reuniões a fim de construir suas proposições.

No anexo I pode-se ver o documento deste GTP para o biênio 2021 – 2022.

### **2. 3. PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES CONJUNTAS ENTRE GTPS E EXECUTIVA NACIONAL**

O GTP de Política Social participou de todas as reuniões entre os GTPs, convocadas pela direção da ABEPSS nacional, a fim de debater temáticas diversas pertinentes aos trabalhos conjuntos GTPs – direção nacional da ABEPSS.

### **2. 4. REUNIÕES DO GTP DE POLÍTICA SOCIAL - DA COMISSÃO COORDENADORA E AMPLIADA**

Ao longo da gestão desta comissão coordenadora do GTP de Política Social, realizamos diversas reuniões no ano de 2021 e 2022. Para além destas, o contato se estabeleceu via WhatsApp do grupo, tanto com a comissão coordenadora como com a ampliada.

O GTP de Política Social envolveu a comissão ampliada em todas as suas decisões e ações.

As pautas das reuniões, em síntese foram permeadas pelos seguintes assuntos:

Informes sobre a participação na reunião de Planejamento da gestão da ABEPSS 2021/2022:

- Propostas de encaminhamento para os trabalhos do GTP;
- Agendamento das próximas reuniões;
- Informes da coordenadora do GTP;
- Organização do Seminário de Pesquisa realizado pelo GTP;
- Debates sobre as diretrizes curriculares e sua interlocução com o campo temático deste GTP;
- Levantamento dos grupos de pesquisa na Plataforma do CNPq referentes à temática de política social;
- Organização do ENPESS;
- Debate sobre a Live do GTP no projeto “ABEPSS ao Vivo”;
- Relatório Final da Gestão do GTP.

## **2. 5. LIVE: O DEBATE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E AS DIRETRIZES CURRICULARES: REFLEXÕES DO GTP DE POLÍTICA SOCIAL**

**DATA:** 30 de setembro de 2021.

**HORÁRIO:** 19:00

Participantes: 1.397 visualizações youtube (até 20/11/2023) - [https://www.youtube.com/watch?v=0\\_NaADs2zi8&t=28s](https://www.youtube.com/watch?v=0_NaADs2zi8&t=28s))

375 visualizações facebook (até 20/11/2023)

### **PROFESSORAS EXPOSITORAS:**

- Camelita Yasbek – Docente PPGSS-PUC-SP
- Elaine Behring – Docente UERJ
- Mediação: Patrícia Mustafa – Docente UNESP – Franca, coordenadora do GTP Política Social e Serviço Social ABEPSS

Ementa da Live: Como o debate das políticas sociais aparece nas diretrizes curriculares? De que maneira é possível apreender as políticas sociais à luz do debate sobre os núcleos de fundamentação da vida social, formação social e do trabalho profissional, que são transversais e têm graus e densidades distintos nos componentes curriculares (disciplinas, seminários etc.)?

Sabemos que a profissão de Serviço Social é datada historicamente e que sua gênese está relacionada ao agravamento da questão social e de suas expressões, que suscitam a intervenção do Estado via políticas sociais. Essas, por sua vez, passam a ser os espaços sócio-ocupacionais de maior absorção de profissionais de Serviço Social, que buscam, a depender das condições objetivas e subjetivas, viabilizar, por meio delas, direitos sociais, na direção de contribuir com a emancipação política.

No entanto, como explicar e enfrentar uma tensão no trabalho profissional que confunde os fundamentos ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos da profissão aos dispositivos (regras, normas, mecanismos etc.) das políticas sociais? Isto é, o mimetismo que lamamoto (2017) considerou entre o trabalho profissional dos assistentes

sociais e a política social. Neste atual contexto ultraneoliberal, quais os desafios das políticas sociais e seus possíveis desdobramentos para profissão? Como resistir?

## **2. 6. CONSTRUÇÃO DE UMA NOTA TÉCNICA COM A PARTICIPAÇÃO DO GTP**

**TÍTULO DA NOTA:** Família e políticas públicas: o acúmulo da pesquisa no Serviço Social (ANEXO II)

**DATA:** março de 2021

**OBJETIVO:** Dar visibilidade a avanços que são resultado de um trabalho coletivo que envolve pesquisadoras/es, entidades acadêmicas-políticas e movimentos sociais para o enfrentamento às concepções anacrônicas e regressivas do Edital 02-2021 da CAPES.

**Autoras/es:**

- Cássia Maria Carloto

Pesquisadora da Rede de Pesquisa Família e política social – REFAPS.  
Professora do  
Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

- Gustavo Javier Repetti

Tesoureiro da ABEPSS – Gestão Aqui se respira luta – 2021-2022.  
Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ESS/UFRJ.

- Marcia Campos Eurico

Coordenadora do GTP da ABEPSS Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades.

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

- Patrícia Soraya Mustafa

Coordenadora do GTP da ABEPSS Política Social e Serviço Social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/FRANCA.

- Paula Martins Sirelli

Secretaria da ABEPSS – Gestão Aqui se respira luta – 2021-2022. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras – UFF/CURO.

- Regina Celia Tomaso Miotto

Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGSS/UFSC.

- Rodrigo José Teixeira

Presidente da ABEPSS – Gestão Aqui se respira luta – 2021-2022. Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras – UFF/CURO.

- Yolanda Guerra

Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSS/UFRJ.

Link de acesso: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/nt-abepss-marco-21-202103262108381181190.pdf>

## **2. 7. ARTIGO DE AUTORIA DO GTP NA REVISTA TEMPORALIS N. 42, V.21, DE 2021 (ANEXO III)**

**TÍTULO DO ARTIGO:** Política social e as diretrizes curriculares: contribuições do GTP serviço social e política social

- O artigo apresenta um debate do GTP de Serviço Social e Política Social (gestão 2021-2022) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) acerca do lugar da política social nas Diretrizes Curriculares (D.C), evidenciando este espaço e sua relação com a “questão social”, eixo central da formação de assistentes sociais

**LINK DE ACESSO:** <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37236>

### **TRABALHO DE PESQUISA REALIZADO PARA A ELABORAÇÃO DO ARTIGO:**

O GTP realizou uma pesquisa nos sites dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), na área de Serviço Social, de teses e dissertações defendidas no período de janeiro de 2009 a dezembro 2019, que apresentassem no título, no resumo ou no corpo desses trabalhos, uma relação direta e explícita da temática da política social com as D. C. ou com a formação profissional, utilizando na busca duas palavras-chave: diretrizes curriculares e formação profissional. A pesquisa ocorreu tendo como base os programas de pós-graduação da área de Serviço Social que estão localizados nos estados que compõem as regionais da ABEPSS. Do universo de teses e dissertações levantadas nos programas de pós-graduação situados nas respectivas regionais dessa entidade (Leste, Sul, Sul II, Centro Oeste, Nordeste e Norte), selecionou-se as que estabelecessem no título, no resumo ou no corpo dos trabalhos uma relação entre política social e as D. C. da ABEPSS.

- Na Regional Leste, encontrou-se no site do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFRJ, 187 dissertações e 184 teses defendidas entre 01/2009 e 12/2019; no PPGSS da

UERJ, 109 dissertações e 70 teses; no PPGSS da PUC-RJ, 162 dissertações e 40 teses; no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da UFF, 188 dissertações e 59 teses; no PPGSS (Mestrado) da UFJF, 145 dissertações, não tendo ainda tese de doutorado defendidas, e no Programa de Pós-graduação em Política Social, da UFES, 173 dissertações e 13 teses.

- Na Regional Sul I, identificou-se no site no PPGSS da UFSC 129 dissertações e 37 teses defendidas entre 01/2009 e 12/2019; no da PUC/RS, 163 dissertações e 94 teses; no da UEL – PR, 105 dissertações e 25 teses; e no Programa de Pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos, da UCPEL, encontramos 171 dissertações e 28 teses.
- Na Regional Sul II, a qual compõe os programas de pós-graduação da PUC/SP e da UNESP/Campus de Franca, ambos com mestrado e doutorado, detectou-se na UNESP, 188 dissertações e 91 teses, total de 279 trabalhos, e na PUC/SP não foi possível levantar o número total de teses e dissertações no período, devido à plataforma de consulta da universidade.
- Na Regional Centro-Oeste, o levantamento foi realizado no Programa de Pós-Graduação em Política Social/PPGPS da UnB, que apresentou um total de 81 teses de Doutorado e 121.
- Na Regional Nordeste, identificou-se no site do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA, 109 dissertações e 70 teses defendidas entre 01/2009 e 12/2019; no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE, 175 dissertações e 102 teses; no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRN, 139 dissertações e 01 tese; e no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFPI, 119 dissertações e 26 teses.

- Na Regional Norte, observou-se no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPA o total de 101 dissertações, e nenhuma tese, pois o doutorado está em processo inicial e neste período ainda não havia teses defendidas.

A leitura desse material permitiu sua organização em eixos de análise, criados após examiná-los, no intuito de revelar e analisar as principais aproximações realizadas por estas pesquisas entre o campo da política social e das D. C.

Para demonstrar o estudo que subsidiou a análise das teses e dissertações, o artigo abordou, em um primeiro momento, a “questão social” como eixo estruturante das D. C. da ABEPSS e a sua articulação com a política social na formação em Serviço Social.

Em um segundo momento, apresentou os principais resultados da pesquisa, que expressa o modo como essas D. C. têm sido analisadas e empregadas nos estudos cuja temática geral perpassa o campo da política social, que originaram as dissertações e teses dos programas de pós-graduação da área.

A política social, como uma das respostas do Estado às expressões da “questão social”, como dito na primeira seção, aparece nas D.C. da ABEPSS de 1996, como uma das matérias básicas, dada a sua relevância para a formação profissional de assistentes sociais, as/os quais têm na política social um espaço fundamental de atuação e de temas para estudos e pesquisas.

Essa matéria articula-se nestas Diretrizes aos três núcleos de fundamentação da formação profissional: o núcleo teórico-metodológico da vida social, destacadamente com a questão do trabalho, a lei geral da acumulação capitalista, a formação de consciência de classe das(os)

trabalhadoras(es), que passam a reivindicar por direitos e políticas sociais; o núcleo da formação sócio histórica da sociedade brasileira, tendo em vista a importância de compreender o processo de constituição das políticas sociais, considerando as particularidades históricas do país, como o processo de modernização conservadora, a superexploração da força de trabalho, as dimensões de raça e gênero da classe trabalhadora etc.; e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, posto que as políticas sociais configuram-se como locus central no mercado de trabalho de inserção de assistentes sociais, como formuladores, gestores e/ou executores das mesmas (BEHRING, 2021b).

Essa incorporação da política social como matéria básica nas D. C. da ABEPSS expressa um processo de maturação das vanguardas e entidades profissionais sobre essa temática. Por ser uma matéria, a política social pode se desdobrar em várias disciplinas, como a de fundamentos de política social, a de seguridade social e as de políticas sociais setoriais (BEHRING, 2021b).

De acordo com a ABEPSS (1996), o conteúdo da matéria de política social inclui: “As teorias explicativas da constituição e desenvolvimento das políticas sociais. A questão social e desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Formulação e gestão das políticas sociais. A constituição e gestão do fundo público. O papel dos sujeitos políticos na formulação das Políticas Sociais Públicas e Privadas. As políticas setoriais e a legislação social. A análise comparada de políticas sociais. O papel das políticas sociais na constituição da esfera pública e o significado do debate público e privado. As novas formas de regulação social e as transformações no mundo do trabalho” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRO DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996, p. 17).

Por meio da pesquisa, notou-se que os trabalhos que tratam das D.C. ou da formação profissional concentram-se em 5 (cinco) principais eixos, a saber:

- O primeiro, trata da relação entre política de assistência social e Serviço Social, inclui o debate sobre a concepção de profissão e a participação das entidades da categoria e das vanguardas profissionais no processo de formulação e implementação dessa política social;
- O segundo, envolve os estudos que fazem referência à formação profissional e sua relação com a política de saúde e de assistência social, especificamente ao perfil de formação de trabalhadoras/es para atuarem nessas áreas;
- O terceiro, diz respeito à apreensão que o Serviço Social faz de determinadas noções, conceitos e/ou categorias adotados no desenho das políticas sociais, como a concepção de assistência social e de território;
- O quarto, está relacionado ao trabalho profissional nas políticas sociais, com destaque para saúde e assistência social, e envolve o processo de formação permanente de assistentes sociais em determinadas políticas sociais e suas respectivas instituições, como também a análise de instrumentos normativos dessas áreas sociais à luz do PEP, particularmente a partir das competências e atribuições privativas de assistentes sociais;
- O quinto e último eixo, aborda a expansão e a contrarreforma do ensino superior (constitutivo da política de educação) e os seus rebatimentos na formação profissional.

Os principais debates trazidos pelas pesquisas elucidam a importância das vanguardas e das organizações da profissão na configuração das D.C., bem como na concepção de profissão e de política social, contribuindo sobremaneira para afirmar e desfetichizar tanto uma quanto a outra. Também apontam na direção de uma formação que tem as D.C. como eixo, debatendo e reafirmando seus núcleos de fundamentação. Alguns trabalhos trazem a interlocução entre formação profissional e as políticas sociais de saúde e assistência social. Outros revelam os limites e possibilidades da/o assistente social como trabalhadora(r) assalariado nestas políticas sociais, seja buscando responder se a formação respaldada nas D.C. atende a atuação profissional na área, seja elucidando uma normativa típica de uma política social, a partir do debate das competências e atribuições profissionais. E, há ainda aqueles trabalhos que analisam as implicações do sucateamento da política de educação superior na formação de assistentes sociais. A partir dos trabalhos analisados, este GTP afirma e defende que as D.C. da ABEPSS são atuais, atendem as exigências de um perfil de assistente social, com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, para atuar no âmbito das políticas sociais e de outros espaços sócio-ocupacionais. Entretanto, pesquisar, analisar e refletir acerca das D.C. se faz necessário para amadurecer e alimentar o debate da formação profissional, debate este que é permanente, e não acabado.

Nesta direção, podem-se detectar desafios a serem enfrentados, debates a serem aprofundados e possíveis demandas que podem inclusive serem atendidas através de revisões e ajustes curriculares, que primem por uma formação generalista, crítica, e que não promovam o especialismo na graduação, com a redução de uma formação por áreas/políticas sociais,

ou a restrição da formação a uma dimensão instrumental e legal, ou seja, que não reduza a formação profissional generalista e crítica defendida pelas D. C. da ABEPSS tentes sociais.

## **2. 8. LEVANTAMENTO DOS GRUPOS E NÚCLEOS DE PESQUISA CUJAS TEMÁTICAS SE VINCULAM AO GTP DE POLÍTICA SOCIAL, NAS DIFERENTES REGIÕES DO PAÍS**

Os componentes do GTP (incluindo a comissão ampliada) realizaram, no mês de maio de 2022, levantamento de todos os Grupos e Núcleos de Pesquisa na área temática do GTP. Este levantamento foi feito utilizando como palavras de busca: política social e seguridade social, na Plataforma Grupos de Pesquisa do CNPQ - Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

Apresentamos abaixo os quadros por regiões, respeitando as divisões das regionais da ABEPSS, sendo que cada quadro aponta o nome do grupo, a(s) linha(s) de pesquisa, o nome do/a líder do grupo, seu e-mail e instituição à qual o grupo está vinculado.

### **REGIONAL SUL II<sup>1</sup>**

<b>NOME DO GRUPO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>NOME(S) DO(S) LÍDER(ES)</b>	<b>E-MAIL</b>	<b>NÚMERO DE PESQUISADORES</b>
Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Social	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho -	Patrícia Soraya Mustafa; Cássio Garcia Ribeiro Soares da Silva	patricia.mustafa@unesp.br	10

<sup>1</sup> Levantamento realizado no dia 20/05/2022 no site do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

	UNESP			
Grupo Quaviss - Estudos e Pesquisas sobre Política de Saúde e Serviço Social	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Fernanda de Oliveira Sarreta; Fumie Eto	fersarreta2009@yahoo.com.br	19
Grupo de pesquisa: Política Social: Estados e Sujeitos coletivos	Universidade Paulista - UNIP	Luciana Villela Junqueira	pesquisa@unip.br	7
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social - NEPSAS da PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP	Aldaíza Sposati	aldaiza@sposati.com.br	12
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Famílias (GEPEFA) - Família, Sociedade e Educação (perspectivas)	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP	Nayara Hakime Dutra Oliveira; Tatiana Machiavelli Carmo Souza	nayara.hakime@unesp.br	13, sendo 2 na linha relacionada à política social

tendências)				
Laboratório de Estudos de Riscos Sociais (LERS)	Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP	Celso Takashi Yokomiso; Raphael de Oliveira Garcia	celsoty@yahoo.com.br	4, sendo que 1 estão na linha relacionada à política social
Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Profissão	Pontifícia Universidade de São Paulo - PUC/SP	Raquel Raichelis Degenszajn; Maria Carmelita Yazbek	raichelis@uol.com.br	16 pesquisadores, sendo que 4 estão em linhas relacionadas à política social
Direito à cidade, Movimentos Sociais e Política Social: estudos da região do Vale do Paraíba	Universidade de Taubaté - UNITAU	Ângela Michele Suave	michelesuave@hotmail.com	4
Grupo de Estudos e Pesquisas Metropolitana em Política Social e Serviço Social	Universidade Federal de São Paulo UNIFESP	Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz; Sonia Regina Nozabielli	tania.diniz@unifesp.br	10
Núcleo de estudos e pesquisas sobre crianças e adolescente	PUC/SP	Eunice Teresinha Fávero	nuleoca2018@gmail.com	28, sendo 22 em linha relacionada à política social

s – ênfase no sistema de garantia de direitos				
Núcleo de estudos e pesquisa em ética e direitos humanos - NEPEDH	PUC/SP	Maria Lúcia Silva Barroco  Marli Pitarello	sssocial@pucsp.br	26, sendo 3 em linha relacionada à política social
Cidades e territórios	PUC/SP	Carola Carbajal Arregui	dirce.koga@gmail.com	19
Grupo de estudo e pesquisa sobre participação nas políticas sociais - GEPAPOS	UNESP	Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni	andreialiporoni@yahoo.com.br	14
Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Pública de Assistência Social (GEPPAS)	Instituição toledo de ensino ITE	Maria Ines Fontana; Ellen Francinne de Oliveira Rossetto silva	minesfontana@gmail.com	10, sendo 6 em linha relacionada à política social
Grupo de Estudos de Direito Contemporâneo do Trabalho e da	Universidade de São Paulo/USP	Nelson Mannrich	getrab.usp@gmail.com	85

Seguridade Social da Universidad e de São Paulo (GETRAB-USP)				
Grupo de Estudos e Pesquisas: Mundo do Trabalho, Serviço Social e Saúde do/a Trabalhador/a - GEMTSSS	UNESP	Edvânia Ângela de Souza	edvaniaa ngela@hotmail.com	9
Núcleo de Estudos e Pesquisa: Serviço Social e Trabalho Profissional	UNESP	Marcelo Gallo; Tatiana de Fátima Domingues	marcelo.gallo@unesp.br	19, sendo 8 em linha relacionada à política social
Núcleo de Políticas Públicas e Sociais	UNIFESP	Gisele Aparecida Bovolenta	gisele.bovolenta@unifesp.br	10, sendo 8 em linha relacionada à política social

## REGIONAL LESTE<sup>2</sup>

NOME DO GRUPO	INSTITUIÇÃO	NOME(S) DO(S)	E-MAIL	NÚMERO DE PESQUISADO
---------------	-------------	---------------	--------	----------------------

<sup>2</sup> Levantamento realizado no dia 15/05/2020 no site do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

		LÍDER(ES)		RES
Centro de Estudos Octávio Ianni/Laboratório Integrado de Pesquisas	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Elaine Rossetti Behring; Marilda Villela lamamoto	elan.rosbeh@uol.com.br	19
A (Re)configuração da Política de Assistência Social Brasileira na Cena Contemporânea	Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	Adriana de Andrade Mesquita	adriana.mesquita@ufop.edu.br	5
GRIPES - Grupo Interdisciplinar de Estudo e Pesquisa em Cotidiano e Saúde	Universidade Federal Fluminense - UFF	Carlos Antonio de Souza Moraes	as.carlosmoraes@gmail.com	11
Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Serviço Social	Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP	Roberto Coelho do Carmo; Mariana Costa Carvalho	roberto.carmo@ufop.edu.br	5
Grupo de Estudos e	Universidade do	Elaine Rossetti	elan.rosbeh@uol.com.br	19

Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social - GOPSS	Estado do Rio de Janeiro - UERJ	Behring; Juliana Fiuza Cislaghi	m.br	
Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Capitalista, Trabalho e Política Social	Universidade Federal Fluminense - UFF	Ana Paula Ornellas Mauriel; Robson Roberto da Silva	gpodeuff@gmail.com	9
Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Trabalho e Proteção Social - GETRAPS	Universidade Federal Fluminense - UFF	Valter Martins; Neusa Cavalcante Lima	valtermartins@id.uff.br	3
Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas em Política Social	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Sara Granemann; Ivanete Salete Boschetti	sgranemann@uol.com.br	4
Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e Ação	Universidade Federal Fluminense - UFF	Érica Terezinha Vieira de Almeida	ericalmeida@uol.com.br	9

Política				
Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Ana Targina Rodrigues Ferraz	nemps.ufes@gmail.com	12
Núcleo de Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social	Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG	Warllon de Souza Barcellos	warllon.barcellos@uemg.br	6
Núcleo de Pesquisa Proteção Social, Gênero, Famílias e Gerações	Universidade Federal Fluminense - UFF	Rita de Cassia Santos Freitas; Nivia Valença Barros	ritacsfreitas@uol.com.br	24
Núcleo de Políticas Públicas, Identidades e Trabalho	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Ludmila Fontenele Cavalcanti; Patricia Silveira de Farias	ludmila.ufrj@gmail.com	29
Núcleo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social - NUTSS	Universidade Federal Fluminense - UFF	Adrianyce Angelica Silva de Sousa; Giselle Souza da Silva	nutss.uff@gmail.com	22

Política Social, Estado e Sociedade	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ	Gleyce Figueiredo de Lima	gleyce.lima@ifrj.edu.br	2
Política Social: institucionalidades e cotidiano	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas	Maria Raquel Lino de Freitas	raquellino@hotmail.com	11
Políticas Públicas, Questão Social e Serviço Social	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Janete Luzia Leite; Débora Holanda Leite Menezes	janeteluziaufrj@gmail.com	13
Trabalho, Políticas Públicas e Serviço Social - TRAPPUS	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio	Inez Terezinha Stampa	inezstampa@gmail.com	40
Núcleo de estudo e pesquisa em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas - NEPSAD	Universidade Federal Fluminense - UFF	Juliana Desiderio Lobo Prudencio	julianalobo@id.uff.br	2
LOTUS - Grupo de Estudos dos	Universidade Federal do Espírito	Jeane Andreia Ferraz Silva;	jeaneandreaiaferraz@gmail.com	12

Fundamentos da Política Social e do Serviço Social	Santo UFES -	Andrea Monteiro Dalton		
LOCUSS - Núcleo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Território, Lutas Sociais e Serviço Social	Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	Alejandra Pastorini Corleto; Gabriela Maria Lema Icasuriaga	alejapasto@yahoo.com.br	14
INTERFACES - Grupo de Estudos Fundamentos da teoria social crítica, Serviço Social e Política Social	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	Maria Helena Elpidio	lanaeabreu@gmail.com	3
Grupo de Pesquisa e Extensão Serviço Social, Trabalho e Política Social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro	Universidade de Vassouras - FUSVE	Vânia de Cássia de Araujo Dutra; Camila Moraes Marques	coordservicosocial.marica@universidadevassouras.edu.br	17

Janeiro				
Grupo de estudos, pesquisa e extensão em Serviço Social, trabalho e processos sociais contemporâneos.	Universidade Federal Fluminense - UFF	Juan Retana Jiménez	jrjruffro@gmail.com	12
Grupo de Estudos sobre Alternativas Penais e Políticas de Desencarceramento	Universidade Federal Fluminense - UFF	Nivia Valença Barros; Josélia Ferreira dos Reis	barros.nivia@gmail.com	8

### REGIONAL NORDESTE<sup>3</sup>

LINHA DE PESQUISA	NOME DO GRUPO	INSTITUIÇÃO	NOME(S) DO(S) LÍDER(ES)	E-MAIL	NÚMERO DE PESQUISADORES
Análise da Implementação Da Legislação Da Política Da Assistência Social	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Assistê	Universidade Federal de Pernambuco	Edistia Maria Abath Pereira de Oliveira	edistia@uol.com.br	8

<sup>3</sup> Levantamento realizado no dia 13/05/2020 no site do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>

Como Fundamento Da Constituição Dos Direitos Sociais	ncia Social - GEPAS				
<p>Linha 1: Trabalho, educação e serviço social</p> <p>Linha 2: Capitalismo contemporâneo, estado, políticas públicas e questão social</p> <p>Linha 3- Fundamentos do serviço social, trabalho e formação profissional em serviço social</p> <p>Linha 4: Relações de trabalho e práticas</p>	Grupo de estudos e pesquisas sobre trabalho (Get)	Universidade Federal de Pernambuco	Angela Santa Ana do Amaral	bmota@elogica.com.br	11

<p>sociais de classe</p> <p>Linha 5: Serviço social e processos de trabalho</p> <p>Linha 6: Trabalho e seguridade social</p>					
Drogas e políticas públicas	Grupo de Estudos sobre Álcool e outras Drogas - Gead	Universidade Federal de Pernambuco	José Arturo Costa Escobar Robert a Salazar Uchôa	rsuchoa@uol.com.br	15
Estado, Políticas Sociais E Ação do Serviço Social	Núcleo De Estudos E Pesquisas Em Políticas Sociais E Direitos Sociais	Universidade Federal de Pernambuco	Ana Cristina de Souza Vieira; Marco Antonio Mondaini de Souza	anacvieira12@gmail.com	13
Mulheres, Trabalhos e Seguridade Social	Grupo De Estudos E Pesquisas	Universidade Federal de Pernambuco	Laudicena Maria Pereira	laudicena.barreto@ufpe.br	6

	sas Sobre Mulheres, Trabalhos E Seguridade Social	Pernambuco	Barreto		
Política de Assistência Social e Educação	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética - GEPE	Universidade Federal de Pernambuco	Maria de Fátima Gomes de Lucena; Maria Alexandrada Sila Montirio Mustafá	ethisophias@gmail.com	6
<p>Linha 1- Avaliação de Políticas de Geração de Emprego e Renda</p> <p>Linha 2- Avaliação de Políticas e</p>	Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza - GAEPP	Universidade Federal do Maranhão	Maria Ozanira da Silva e Silva	gaepp.ufma96@gmail.com	19

Programas Sociais					
Linha 3- Avaliação e Acompanhamento de Programas de Transferência de Renda					
Estado, Economia e Política;  Políticas econômicas brasileiras; Políticas	Grupo de Estudos e Pesquisas de Políticas Econômicas e Sociais - GEPES	Universidade Federal do Maranhão	Célia Maria da Motta	ce.motta@uol.com.br	1

Em 2019 foram detectados 33 grupos/núcleos de pesquisa nesta área temática, abrangendo várias universidades federais, estaduais e uma privada – Universidade Católica de Salvador. Em 2022, segundo os dados levantados, houve um aumento para 40 Grupos de pesquisa cadastrados na plataforma do CNPq.

#### REGIONAL NORTE

LINHA DE PESQUI	NOME GRUPO	NOME(S) DO(S) LÍDER(ES)	E-MAIL	INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE PESQUISA
-----------------	------------	-------------------------	--------	-------------	--------------------

SA					DORES
Antropologia Política; Controle Social na Relação Estado x Sociedade Civil	Grupo de Análise de Políticas e Sociedade na Amazônia - GAPSA	Carlos Alberto Batista Maciel	maciel@ufpa.br	Universidade Federal do Pará - UFPA	3
Avaliação de Políticas de Geração de Emprego e Renda; Avaliação de Políticas e Programas Sociais; Avaliação e Acompanhamento de Programas de Transferência de Renda.	Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza - GAIEPP	Maria Ozanira da Silva e Silva; Heric Santos Hossoe.	gaepp.ufma96@gmail.com	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	19
Proteção	Grupo	Yoshiko	celiaalbi	Universidade	5

Social, Seguridade Social e Sujeitos Sociais;  Questão social, políticas sociais, lutas sociais e sustentabilidade	de Estudo e Pesquisa em Políticas sociais e Seguridade Social no Amazonas	Sasaki; Dayana Cury Rolim	ero@uft.edu.br	de Federal do Amazonas - UFAM	
Questão Social e Serviço Social;  Trabalho e Espaços Sócio-Ocupacionais	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional - GEPES SFEP	Célia Maria Grandini Albiero; Giselli de Almeida Tamarozzi	celiaalbi ero@uft .edu.br	Universidade Federal do Tocantins - UFT	20
Capitalismo dependente, Questão Social, Política Social e Serviço Social;	Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço	Vanda Micheli Burginski; Maria Helena Cariaga Silva	burginski@uft.edu.br	Universidade Federal do Tocantins - UFT	9

<p>Direitos Humanos, Movimentos Sociais, Questão agrária, indígena e socioambiental;</p> <p>Estado, Fundo Público, Seguridade Social e Políticas Setoriais;</p> <p>Trabalho, Educação e Serviço Social</p>	<p>Social - GEPOSS</p>				
<p>Educação, Fundamentos da Formação e do Trabalho Profissional e Políticas Públicas em Diferentes</p>	<p>Grupo de Estudos e Pesquisa Formação, Trabalho, Desigualdade Social e Políticas</p>	<p>Edna Maria Goulart Joazeiro</p>	<p>emgoulart@uol.com.br</p>	<p>Universidade Federal do Piauí - UFPI</p>	<p>9</p>

Contextos;  Identidade, Expressões da Questão Social, Trabalho, Intersetorialidade e Políticas Públicas em Contextos Nacionais e Internacionais	Públicas				
Proteção Social, Política Social, Direitos Sociais Civis e de Cidadania e Famílias	Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias - GEPPS FAM	Débora de Paula Bolzan	geppsfa muft@gmail.com	Universidade Federal do Tocantins - UFT	8
Trabalho, Práxis, "Questão Social" e Emancipação Humana;	Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho	Mariléa Borges de Lima Salvador; Raquel Sabará	gepmarx@mail.uft.edu.br	Universidade Federal do Tocantins - UFT	8

Valor trabalho, forma direito, forma política social, superexploração da força de trabalho, produção e apropriação de valor e luta de classes	o, Práxis e Questão Social				
Políticas Públicas, Movimentos Sociais e Relações Étnico-raciais; Questão social e relações étnico-raciais	Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais, Questão Social e Identidades	Claudia Alves Durans; Rosenverck Estrela Santos	claudia.durans@ufma.br	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	6
Questão Social, Políticas Públicas e Movimento Social; Relação	Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em	Josefa Batista Lopes; Zaira Sabry Azar	gserms@ufma.br	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	31

Estado/Sociedade Civil, como referência da análise das Políticas Públicas e Lutas Sociais;	Serviço Social e Movimento Social - GSERMS				
Exercício Profissional e Políticas Sociais;	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Política Social na Amazônia - GEPSS	Reinaldo Nobre Pontes	rpontes@ufpa.br	Universidade Federal do Pará - UFPA	6
Avaliação de programas e políticas sociais; Direitos Humanos, Segurança Social e Família;	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Democracia, Direitos Humanos e	Lilia Penha Viana Silva; Aurora Amélia Brito de Miranda	liliapenha@hotmail.com	Universidade Federal do Maranhão - UFMA	27

Estado, Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas	Políticas Públicas - GDES				
Espaço e desenvolvimento humano, habitação, teoria e método de projeto;  Habitação e Serviço Social; Planejamento Urbano, habitação e cidades;  Política habitacional e urbana	Grupo de Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Humano	Joana Valente Santana  Rovaine Ribeiro	joanavalente@ufpa.br	Universidade Federal do Pará - UFPA	11
Estado, Movimento Social, Questão Social, Políticas Públicas e Serviço Social;	Grupo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Políticas	Laurinete Rodrigues da Silva	servicosocial@uerr.edu.br	Universidade Estadual de Roraima - UERR	9

<p>infância e Adolescência, Juventude, Questão de Gênero, Étnica e Racial, Família, Violências e Políticas Públicas;</p> <p>Trabalho, Migração e Políticas Públicas</p>	<p>Públicas - GPESS PP</p>				
<p>Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional;</p> <p>Políticas Públicas e Socioambientais</p>	<p>Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo Inter-</p>	<p>Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves; Carolina Cassia Batista Santos</p>	<p>socorro.chaves@pq.cn pq.br</p>	<p>Universidade Federal do Amazonas - UFAM</p>	<p>38</p>

	Ação				
Democracia, Políticas Públicas e Controle Social;  Estado, Sociedade, Participação Social e Garantia de Direitos;	Núcleo de Estudos de Participação Social - NEPAS	Marx Rodrigues de Moura	nepas@ifpi.edu.br	Instituto Federal do Piauí - IFPI	10
Estado, Política Social e Serviço Social;  Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social;  Serviço Social, Relações de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidade	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social	Marcella Miranda da Silva;	nepessc euma@googlegroups.com	Universidade de Ceuma - UNICEUMA	13

des.					
Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas; Gestão Pública e Avaliação de Políticas Públicas; Questão Social e Serviço Social	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Sociedade, Direitos e Políticas Públicas - NUSDIP	Maria D'Alva Macedo Ferreira; Rosilene Marques Sobrinho de França	mdalvaferreira@uol.com.br	Universidade Federal do Piauí - UFPI	10
Política de saúde e Serviço Social; Política de saúde indigenista em Manaus; Usuários da saúde, cidadania e vida cotidiana; Humanização na saúde Política da		Rosiane Pinheiro Palheta	anypinhairo@hotmail.com	Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ	13

Saúde, política indigenista Serviço Social e Cidadania					
Políticas Urbanas Movimentos sociais e Serviço Social na Amazônia;  Processos de territorialização e Meio Ambiente na Amazônia;  Políticas Urbanas e Movimentos Sociais na Amazônia Globalizada		Welson de Sousa Cardoso; Nádia Socorro Fialho Nascimento	shelena@ufpa.br	Universidade Federal do Pará - UFPA	20
A política de assistência social	GEPSS - Grupo de Estudos	Iracilda Alves Braga; Mauricéia	iracildabraga@ufpi.edu.br	Universidade Federal do Piauí - UFPI	10

<p>no contexto da Seguridade Social;</p> <p>A Política de Saúde no capitalismo contemporâneo;</p> <p>Políticas e direitos da População em situação de rua</p>	<p>em Políticas de Seguridade Social e Serviço Social</p>	<p>Lígia Neves da Costa Carneiro</p>			
<p>Estado, Seguridade Social e Processos de Trabalho em Serviço Social na Amazônia/Brasil;</p> <p>Relações Sociais de Trabalho, Direitos Sociais e Subjetivida</p>	<p>Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social</p>	<p>Adriana de Azevedo Mathis</p>	<p>tradhus@s@gmail.com</p>	<p>Universidade Federal do Pará - UFPA</p>	<p>5</p>

ade na Amazônia/Brasil					
Políticas Públicas, Serviço Social, Relações de Gênero, Raça-Etnia e Geracional	Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Geracional, Mulheres e Feminismos – GERAMUS	Silvane Magali Vale Nascimento	geramus.ufma@gmail.com	Universidade Federal do Maranhão	11
<p>Linha 1: Avaliação de programas e políticas sociais</p> <p>Linha 2: Direitos Humanos, Segurança de Social e Família</p> <p>Linha 3: Estado, Trabalho,</p>	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensões: Avaliação de programas e políticas sociais	Lilia Penha Viana Silva; Aurora Amélia Brito de Miranda	liliapenha@hotmail.com	Universidade Federal do Maranhão	9

<p>Desenvolvimento e Políticas Públicas</p> <p>Linha 4: Formação Profissional e Processos de Trabalho em Serviço Social</p> <p>Linha 5: Movimentos Sociais, Práticas Coletivas e Controle Social</p> <p>Linha 6: Violência, Gênero e Geração, Criança e Adolescente</p>					
<p>Avaliação de programas e políticas sociais</p>	<p>Grupo de estudos, pesquisa e extensão sobre</p>	<p>Lilia Penha Viana Silva</p>	<p>Lilia.penha@ufma.br</p>	<p>Universidade Federal do Maranhão</p>	<p>9</p>

	democracia, direitos humanos e políticas				
Desenvolve Pesquisa a partir da avaliação de Programas e projetos implementados	Grupo de Estudos e Pesquisa em Seguridade Social e Serviço Social	Maria Dalva Horácio da Costa	marciadesa27roca@gmail.com	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	6
Ética, Política, Direitos Humanos e Serviço Social	Grupo de Estudos em Serviço Social, Trabalho, Direitos e Lutas Sociais	Yana Vasconcelos Moreira; Sâmia Rodrigues Ramos	aioneso usa@hotmail.com	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	10
Serviço Social, Questão Social e Políticas Públicas	Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas	Maria do Perpétuo Socorro Rocha Souza; Severino Glicéria Batista de Gois	ivonetesoaes@uern.br	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte	11
Estado, Sociedade, Políticas	Grupo de Estudos e	Edla Hoffmann; Roberto Marinho	Edla.hoffmann@ufrn.br	Universidade Federal do Rio Grande do	22

Sociais e Direitos	Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social	Alves da Silva		Norte	
O perfil da política de assistência social no espaço das instituições confessionais  Políticas públicas de assistência social	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão: Serviço Social e Questão Social	Simone de Jesus Guimarães; ; Maria do Rosário de Fátima e Silva	simone.guimaraes@uol.com.br	Universidade Federal do Piauí	14
A política de assistência social no capitalismo contemporâneo Família e Políticas Públicas Política de Saúde	Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Políticas Públicas	Solange Maria Teixeira; Masilene Rocha Viana	solangemteixeira@hotmail.com	Universidade Federal do Piauí	12

e Cidadani a Políticas e Direitos da Pessoa Idosa					
Assistênc ia Social, Direitos e Cidadani a  Direitos, Sistema Socioedu cativo e Sistema de Justiça  Questão Social, Direitos e Políticas Públicas  Violência, Encarcer amento e Desigual dades	Grupo De Estudos E Pesquis as Sobre Estado, Direitos E Políticas	Rosilene Marques Sobrinho	rosilene marque ssobrinh o@gmai l.com	Universida de Federal do Piauí	1
Política de Assistênc ia Social	Cidade, process os urbanos e políticas públicas	Antônia Jesuíta de Lima	a.je.l@u ol.com.br	Universida de Federal do Piauí	4
A política	TEMPO	Jucileide	jucileide	Universida	4

de assistência social no capitalismo contemporâneo	SS	Ferreira do Nascimento	@ufrb.edu.br	de Federal do Recôncavo da Bahia	
Segurança Social e Serviço Social					
Cidadania, Movimentos Sociais, e Serviço Social	CIPÓS - Grupo de Estudos e Pesquisa – Cidadania, Políticas Sociais	Heleni Duarte Dantas de Ávila	heleniavila@ufrb.edu.br	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	9
Formação e produção de conhecimento em Serviço Social	OPSS - Observatório de política social e serviço social	Silvia de Oliveira Pereira	trappos.pesquisa@gmail.com	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	9
Pessoa com Deficiência, direitos, participação e desigualdade					

ades					
Políticas Afirmativas, Permanência e Assuntos Estudantis					
Seguridade Social e território: Saúde, Assistência e Previdência Social					
Desafios contemporâneos da política de assistência social	Grupo de pesquisa em pobreza, assistência social e território	Fabricio Fontes de Andrade	fabricio@ufrb.edu.br	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	2
Política de Educação, Pobreza e Desigualdade Social	Grupo de Trabalho e Pesquisa em Serviço Social na Educação -	Marcela Mary da Silva; Tattiana Tessye Freitas da Silva	gtssedu@gmail.com	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	9

	GTSSE DU				
Políticas e Produção do Conhecimento no âmbito das relações Trabalho e Educação	Grupo de Estudos e Pesquisas Marxismo e Políticas de Trabalho e Educação - MTE HISTED BR	Adriana Freire Pereira Ferriz; Elza Margarida e Mendonça Peixoto	elza.peixoto@ufba.br	Universidade Federal da Bahia	5
Política de Saúde e Controle Social	Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais	Maria Valéria Costa Correia; Telma Cristiane Sasso de Lima	correia.mariavaléria@gmail.com	Universidade Federal de Alagoas	29
Estado e Gestão da Política de Assistência Social	Políticas Públicas e Processos Organizados da Sociedade	Margarida Maria Silva dos Santos; Maria Betania Buarque Lins Costa	margari dasocial@uol.com.br	Universidade Federal de Alagoas	7
Linha 1 - O direito fundamental à	Grupo de Pesquisa	Maria da Conceição Valença da Silva	maria.valenca@cedu.ufal.br	Universidade Federal de Alagoas	5

educação para pessoas privadas de liberdade	Educação em Prisões				
Linha 2 - Educação em Prisões: Políticas Públicas e formação docente					
Políticas Públicas, saúde e seguridade social no campo	Ação Cultural Camponesa: Núcleo de Estudos Rurais	Patricia Cristina de Aragao; Auri Donato da Costa Cunha	auri_donato@uol.com.br	Universidade Estadual da Paraíba	4
Políticas públicas e sociais para infância e a juventude Estado, Trabalho e Políticas Sociais Educação e direitos humanos	Núcleo de pesquisa e extensão comunitária infanto-juvenil	Terçalia Suassuna Vaz Lira	tercalia_suassuna@hotmail.com	Universidade Estadual da Paraíba	7
Moviment	Grupo	Reginaldo	reginald	Universidade	6

os Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social	de Estudos e Pesquisas Marxistas em Serviço Social - GEPEM SS	Pereira França Júnior; Juliana e Silva de Oliveira	o.francajr@gmail.com	de Federal de Campina Grande	
Política de Saúde, Serviço Social e a função do Estado no capitalismo	Núcleo de Pesquisa em Política de Saúde e Serviço Social	Alessandra Ximenes da Silva; Tereza Cristina Ribeiro da Costa	alesximenes@servidor.uepb.edu.br	Universidade Estadual da Paraíba	7
Política de Saúde, Serviço Social e Formação Profissional					
Linha 1- Capitalismo, Neoliberalismo e Proteção Social	Grupo de Estudo, Pesquisas e Assessorias em Políticas Sociais	Jordeana Davi Pereira; Sheyla Suely Silva	jordeana.pb.010@uol.com.br	Universidade Estadual da Paraíba	11
Linha 2- Financeiri					

zação do Capital, Fundo Público e Segurida de Social Brasileira					
Questão Social, Política Social, Serviço social	Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Trabalho - GEPET	Claudia Maria Costa Gomes	claudiac_gomes@hotmail.com	Universida de Federal da Paraíba	17
Segurida de Social e Serviço Social	Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensã o em Serviço Social e Política Social na Contemporaneidade	Nívia Cristiane Pereira da Silva; Márcia Emília Rodrigues Neves	niviacp@gmail.com	Universida de Federal da Paraíba	5
Serviço Social, Trabalho e Política Social	Setor de Estudos e Pesquis as em Saúde e	Patrícia Barreto Cavalcanti ; Ana Paula Rocha de	patriciab_caval@gmail.com	Universida de Federal da Paraíba	8

	Serviço Social	Sales Miranda			
Política e Práticas de Saúde, Participação e Movimentos Sociais  Assistência Social e Serviço Social	Políticas de Seguridade Social, Movimentos Sociais e Trabalho do Serviço Social	Lúcia Conde de Oliveira; Virgina Márica Assunção Viana	conde.lucia@gmail.com	Universidade Estadual do Ceará	11
Educação, Trabalho e Formação Profissional  Estado, Direitos Sociais e Políticas Públicas	Núcleo de Educação, Políticas Sociais e Serviço Social	Cynthia Studart	cynthiastudart@yahoo.com.br	Instituto Federal do Ceará	11
Serviço Social e Políticas Sociais	Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço	Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves Vera Núbia Santos	licavascancelos@gmail.com	Universidade Federal de Sergipe	16

	Social e Políticas Sociais				
Questão Social, Políticas Sociais, Participação Social	Questão Social, Estado e Sociedade civil	Maria de Fátima Pessoa Lepikson; Ivone Pires Ferreira de Oliveira	maria.lepikson@ucsal.br	UCSAL	4
Família, Estado e Sociedade e Educação, Serviço Social e Direitos da Criança e do Adolescente  História, sociedade e questão social Violência, Direitos Sociais e Serviço Social	Serviço social, educação e direitos da criança e do adolescente	Gilca Oliveira Carrera; Alessandra Carvalho da Cruz	gilcarrera@gmail.com	UCSAL	2
Avaliação de Políticas, Práticas e Redes em	Núcleo de estudos em saúde e cidadania	Ana Pitta	ana.pitta@pro.ucsal.br	UCSAL	14

<p>Saúde e Cidadania</p> <p>Determinantes Sociais em Saúde e Cidadania</p> <p>Direitos Humanos e Saúde: Direito Sanitário, Empoderamento e Controle Social de Usuários</p> <p>Juventudes, subjetividades, vulnerabilidades e inclusão Social</p>	a				
<p>Gênero, Violências e Direitos Humanos</p> <p>Políticas Sociais, Instituições e Cidadania</p>	<p>Núcleo de estudos sobre educação e direitos humanos</p>	<p>Antonio Carlos da Silva; Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti</p>	<p>carlos.zamora@uol.com.br</p>	<p>UCSAL</p>	<p>10</p>

a					
Ética, Educação, Diversidade e Direitos Humanos					

## REGIONAL SUL I

POLÍTICA SOCIAL				
NOME	INSTITUIÇÃO	LÍDER	Nº PARTICIPANTES	E-MAIL
Rede de Pesquisa Família e Política Social (REFAPS)	Universidad e Federal de Santa Catarina - UFSC	Keli Regina Dal Prá; Liliane Moser		keliregina@yahoo.com
Gestão e Política Social	Universidad e Estadual de Londrina - UEL	Liria Maria Bettioli; Evelyn Faquin Secco		liriabettioli@uel.br
Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social Na América Latina	Universidad e Federal de Santa Catarina - UFSC	Beatriz Augusto de Paiva; Dilceane Carraro	16	beatriz.paiva@ufsc.br
Núcleo de Estudos e Pesquisas	Universidad e Federal do Rio Grande	Mailiz Garibotti Lusa;	18	mailiz@ufrgs.br

Terra, Trabalho e Política Social	do Sul - UFRGS	Tiago Martinelli		
Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Sociais, Trabalho e Questão Social - NEPEPSTQS	Universidad e Federal de Santa Maria - UFSM	Caroline Goerck; Fabio Jardel Gaviraghi	10	carolinegoerck@yahoo.com.br
Núcleo De Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família E Políticas Sociais - NISFAPS	Universidad e Federal de Santa Catarina - UFSC	Liliane Moser; Carmen Rosario Ortiz Gutierrez Gelinski		nisfaps@contato.ufsc.br
Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais	UFPR	Giselle Avila Leal de Meirelles; Antonio Sandro Schuartz		ufpr.ss@gmail.com
Grupo de Pesquisa Educação, Trabalho e Políticas Sociais da UFRGS	UFRGS	Rosa Maria Castilhos Fernandes		rmariacf@uol.com.br
Grupo de Pesquisa Políticas Sociais,	UNIPAMPA	Jaina Raqueli Pedersen; Elisângela		jaina.pedersen@gmail.com

Questão Social e Relações de Exploração/Opressão		Maia Pessoa		
Políticas Sociais, Cidadania e Serviço Social	UCPEL	Vini Rabassa da Silva; Mara Rosange Acosta de Medeiros		vini.silva@ucpel.edu.br

### NÚMERO TOTAL DE GRUPOS POR REGIONAL

- a) Na **Regional Leste**: 24 grupos (Espírito Santo; Minas Gerais; Rio de Janeiro)
- b) Na **Regional Sul I**: 10 grupos (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul)
- c) Na **Regional Sul II**, 17 grupos (São Paulo)
- d) Na **Regional Centro-Oeste**: 12 (Distrito Federal; Goiás e Mato Grosso)
- e) Na **Regional Nordeste**: 33 Grupos (Alagoas; Bahia; Ceará; Paraíba; Pernambuco; Rio Grande Norte; Sergipe)
- f) Na **Regional Norte**: 22 grupos na região (Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão e Piauí)
  - As linhas de pesquisa são bastante heterogêneas;
  - Predominância do gênero feminino como líderes e vice-líderes dos grupos.

**REGIONAL CENTRO OESTE**





## REGIONAL NORTE



**REGIONAL LESTE**

seguridade social cotidiano  
 política de assistência social  
 movimentos e práticas sociais território  
 proteção social outras drogas  
 álcool políticas sociais fundamentos da política social sociedade  
 gênero dinâmica capitalista e ação política questão social  
 alternativas penais  
 políticas públicas  
 institucionalidade famílias identidades  
 serviço social saúde  
 gerações fundamentos do serviço social  
 política social  
 política social na região metropolitana do rio de janeiro  
 lutas sociais pesquisas marxistas em política social  
 cotidiano e saúde política de desencarceramento  
 processos sociais contemporâneos  
 teoria social fundamentos da teoria social crítica  
 desenvolvimento capitalista  
 orçamento público  
 saúde mental

REGIONAL SUL I

direitos humanos  
 movimentos sociais  
 Ética política de saúde profissionais  
 participação em políticas sociais  
 política pública de assistência social  
 metropolitanas em política social  
 seguridade social cidades  
 família políticas sociais  
**política social**  
 estados  
**serviço social**  
 profissão direito contemporâneo do trabalho  
 estudos da região do vale do paraíba  
 riscos sociais crianças e adolescentes  
 territórios políticas públicas educação  
 sujeitos coletivos  
 sociedade assistência social  
 direito à cidade

REGIONAL SUL II

A word cloud of Portuguese terms related to social and political issues. The words are arranged in a roughly circular pattern. The largest word is 'política social' in grey. Other prominent words include 'serviço social' and 'questão social' in red, and 'família' in a large black font at the bottom. Smaller words in grey include 'cidadania', 'educação', 'política social na américa latina', 'sociedade', 'políticas sociais', 'terra', 'relações de exploração/opressão', 'gestão de política social', and 'políticas sociais da ufrgs'.

cidadania  
educação  
serviço social  
política social na américa latina  
sociedade  
política social  
políticas sociais  
terra  
questão social  
relações de exploração/opressão  
gestão de política social  
políticas sociais da ufrgs  
família



## 2. 9. REUNIÃO COM PESQUISADORES

**OBJETIVO:** apresentar as atividades realizadas pelo GTP, ampliar as relações com as/os pesquisadoras/es da área e convidar para a ABEPSS Itinerante 2022.

**DATA:** 16 de setembro de 2022

**PARTICIPANTES:** 16 pessoas, dentre estes, docentes de diversos estados e universidades do Brasil.

### **PAUTA DA REUNIÃO:**

1. Apresentar o GTP de Serviço Social e Política Social: ementa e atual composição;
2. Apresentar e compartilhar com as/os pesquisadoras/es o levantamento bibliográfico realizado pelo GTP;
3. Socializar a live que realizamos em 2021: O debate das políticas sociais e as diretrizes curriculares: reflexões do GTP de Política Social.
4. Compartilhar a Nota Técnica produzida pela ABEPSS com a participação deste GTP, intitulada como: Nota técnica. Família e Políticas Públicas: o acúmulo da pesquisa no Serviço Social – para manifestar posicionamento da ABEPSS contrário ao Edital 02-2021 da CAPES.
5. Apresentar o levantamento dos grupos de pesquisa na área temática de política social, realizado pelo GTP;
6. Apresentar o debate desenvolvido pelo GTP em artigo da Revista Temporalis n. 42 de 2021, intitulado como: Política Social e as diretrizes curriculares: contribuições do GTP Serviço Social e Política Social. (<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37236>);

## 7. Debate, informes e encaminhamentos.

### **FOTO DO ENCONTRO:**



- No ANEXO IV colocamos o convite enviado aos 119 líderes de grupos de pesquisa levantados pelo GTP;
- No ANEXO V colocamos uma lista com os 119 e-mails de líderes de grupos de pesquisa levantados pelo GTP, divididos por suas respectivas regionais.

## **2. 10. ANÁLISE DOS TRABALHOS APROVADOS NO XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS)**

### **2. 10. 1. TENDÊNCIAS E LACUNAS DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO ENPESS**

Deste total, demonstraremos a seguir quantos trabalhos foram aprovados em casa subeixo:

- Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo – 69 trabalhos;

- Política de Educação – 38 trabalhos;
- Políticas para Infância e Juventude – 23 trabalhos;
- Seguridade social no Brasil – 45 trabalhos;
- Fundo Público e Orçamento das Políticas Sociais – 19 trabalhos;
- Políticas de trabalho e geração de renda – 2 trabalhos;
- Lutas sociais e controle democrático – 8 trabalhos.

### **CRISE, TRABALHO E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS**

- **PRINCIPAIS TENDÊNCIAS:**

A principal tendência que se observou na análise destes trabalhos foi a realização de uma análise de conjuntura com enfoque no neoliberalismo, posteriormente o enfoque na pandemia da Covid 19, enquanto fenômeno novo e que atenua as expressões da questão social, e o qual não suscita as medidas protetivas adequadas ao seu enfrentamento, devido ao escopo do governo Bolsonaro.

O debate do caráter conservador, não neoconservador, deste governo também aparece como tendência, ora associando conservadorismo com neoliberalismo, ora com capitalismo, ora com ajuste fiscal.

Há também muitos trabalhos que debatem as políticas sociais no governo Bolsonaro, sobretudo a política de saúde, em primeiro lugar, e, posteriormente a política de assistência social.

Na política de saúde, em específico, os debates que mais apareceram foram: os impactos da contrarreforma do Estado nesta política social, em especial, a relação público-privado, e, como segunda tendência nesta área: a política de saúde mental (luta antimanicomial).

Na política de assistência social, a principal tendência é apontar as legislações desta política social, em segundo lugar seu caráter focalizador, em terceiro o debate dos programas de transferência de renda, sendo que o Auxílio Brasil aparece nesta seara. Em seguida, observou-se também um debate da crise capitalista e do gerencialismo nas políticas de assistência social e saúde.

O debate da proteção social ou das políticas sociais de um modo geral aparece em trabalhos que buscam compreender as principais tendências dessas medidas sociais ou sua relação com o Estado social capitalista.

Observou-se que alguns trabalhos ligados tanto à política de saúde como à política de assistência social procuram apreender a funcionalidade dessas políticas sociais para a reprodução da força de trabalho e no trato da “questão social”.

Verificou-se também estudos da “questão social” no capitalismo: o estudo da América Latina e do capitalismo dependente também aparece nos trabalhos: a América Latina em trabalhos sobre colonialidade e o progressismo latino-americano (articulado à governos progressistas).

A relação entre a política social e o Serviço Social ocorre em determinados trabalhos com o objetivo de compreender a inserção e a atuação profissional em áreas (saúde e assistência social) ou em programas sociais específicos, como programas de Redução de Danos.

- **LACUNAS OU AUSÊNCIAS:**

Como principais lacunas aponta-se:

- a) Debate aprofundado dos determinantes da crise, uma vez que este subeixo tratava disto;
- b) Debate sobre a crise capitalista na particularidade da formação socio-histórica brasileira;
- c) Análise das expressões da questão social no contexto de crise capitalista e pandêmica;
- d) Análise mais aprofundada do escopo das políticas sociais sob o ultraneoliberalismo e neoconservadorismo no Brasil;
- e) Exceto na política de saúde mental e de drogas, não aparece no debate diferenciações entre a política social nos governos do PT e do governo Bolsonaro, apenas a menção da Emenda Constitucional 95;
- f) O debate do Estado relacionado à crise capitalista e as políticas sociais;
- g) Pesquisas mais aprofundadas das tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo em crise;
- h) O debate sobre o imperialismo;
- i) O debate da crise de 2008, fazendo mediação com os elementos contemporâneos da reconfiguração do capitalismo e as suas implicações para as políticas de seguridade social brasileira

## **SEGURIDADE SOCIAL**

- **PRINCIPAIS TENDÊNCIAS:**

Os trabalhos vêm priorizando estudos relacionados às políticas de seguridade social (assistência social, saúde e previdência social), sem relacionar de forma substancial com esse padrão de proteção social.

Na política de assistência social, temas como:

- a) A judicialização e alterações operacionais e regulatórias do Benefício de Prestação Continuadas (BPC); trabalho social com famílias; ofensiva contra o Bolsa Família e as consequências para a política de assistência social; o primeiro-damismo e sua relação com o neoconservadorismo; os programas de transferência de renda no contexto da pandemia da COVID-19 (Auxílio Emergencial, Programa AuxílioBrasil) e os retrocessos e incertezas em relação à transferência de renda no Brasil; a intensificação das vulnerabilidades sociais com a pandemia e os desafios para a gestão do SUAS em municípios de pequeno porte; a assistência social no contexto da pandemia (concepções que orientam as ações e implementação da política); o perfil socioeconômico dos usuários do CADÚNICO; o papel da CIB no SUAS; a regionalização dos Serviços de Média Complexidade, em determinados estados do Brasil; a assistência social no processo de avanço do capitalismo financeirizado.

Na política de saúde, assuntos como:

- a) Os rebatimentos da (in)segurança social na política de saúde; a política de saúde e a dimensão social da saúde interpretada através de lentes interseccionais de classe, gênero e raça; a participação da mulher em Comissão Intersetorial da Saúde da Mulher; a saúde das mulheres refugiadas e o direito à saúde; a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e as recentes modificações decorrentes do contexto ultraneoliberal/conservador; a Política Nacional de Saúde dos Povos Indígenas; os serviços de urgência e emergência de hospital universitário; rede de saúde e oncologia; e Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador;

Na previdência social, temas como:

- a) Os impactos para os trabalhadores brasileiros da reforma previdenciária em 2019; e a
- b) “Previdência privada” aberta vinculada ao mercado de capitais.

São trabalhos, portanto, referentes às políticas sociais setoriais, principalmente aos programas ou benefícios de transferência direta de renda mínima, redes de atenção, comissões intergestoras, intersetoriais, serviços de saúde e políticas de saúde para determinado segmentados da população.

Os trabalhos neste eixo trazem uma análise de conjuntura com enfoque na realidade atual de desmonte das políticas sociais, de forma especial no período posteriormente da pandemia da Covid 19, considerando que este fator é atenuante das expressões da “questão social”, e o qual não suscita as medidas protetivas adequadas ao seu enfrentamento, devido ao escopo do governo Bolsonaro.

O debate do caráter conservador/neoconservador deste governo também aparece como tendência, ora associando conservadorismo com neoliberalismo, ora com capitalismo, ora com ajuste fiscal, trazendo consequências como o não acesso à serviços/benéficos à população.

Notou-se poucos trabalhos sobre a previdência social, que estão relacionados ao impacto da contrarreforma da previdência social de 2019 nos trabalhadores e a chamada “previdência privada”.

Além disso, uma ênfase na área da saúde relacionados a estudos e a pesquisas envolvendo determinados segmentos da população (como mulheres, povos indígenas, pessoas com transtornos mentais) e a dimensão social da saúde a partir da relação entre classe, gênero e raça.

Também se notou a preocupação dos estudos na área da saúde de analisar as redes de atenção (oncológica, de atenção psicossocial e de atenção integral à saúde do trabalhador).

Sobre a relação das políticas sociais e a formação e o trabalho profissional, poucos trabalhos buscaram compreender essas relações.

- **LACUNAS OU AUSÊNCIAS:**

- a) É possível afirmar que não há uma análise ampla e com profundidade teórica em relação às políticas sociais de forma geral, mas em relação à programas e serviços específicos.
- b) Debate aprofundado dos determinantes da crise.
- c) Maior aprofundamento da “questão social” e conceituação da política social.
- d) Análise das expressões da “questão social” no contexto de crise capitalista e pandêmica;

## **GERAÇÃO DE RENDA**

- **PRINCIPAIS TENDÊNCIAS:**

- a) Análise mais aprofundada do escopo das políticas sociais sob o ultraneoliberalismo e neoconservadorismo no Brasil;
- b) Aprofundamento teórico do debate da seguridade social
- c) Aprofundamento a concepção de territórios;
- d) Aprofundamento a função do Estado capitalista.

- **LACUNAS OU AUSÊNCIAS:**

- a) Enfoque na pandemia da Covid 19 como agravante do cenário de desemprego no Brasil após 2020 e ausência de políticas de geração de renda para minimizar os efeitos da crise sanitária;

- b) Ausência de diálogo com autores clássicos que discutem e estudam a categoria trabalho.

## **POLÍTICAS PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE**

- **PRINCIPAIS TENDÊNCIAS:**

- a) Os artigos apresentados no ENPESS como resultado de reflexões e estudos vinculados ao exercício profissional dos autores, expressam a necessidade de compreender e analisar seu exercício profissional, programas e/ou políticas sociais onde estão inseridos;
- b) De um modo geral, tratam de temas específicos que envolvem crianças e adolescentes, como: Políticas Públicas de garantias de direitos - enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; Redes de proteção - políticas sociais presentes no momento de saída do abrigo por maioridade; Programa Primeira infância; Serviço de proteção social especial frente às violações de direitos; Acolhimento institucional; Medidas socioeducativas; Família acolhedora; Filiação socioafetiva; Acolhimento familiar; Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos; Mortalidade Infantil;
- c) São elaborados a partir de revisões bibliográficas sobre os temas propostos, fazendo articulação de forma geral e ampla com as políticas sociais e com as políticas para Infância e Juventude em que se inserem ou se articulam com os programas analisados.

- **LACUNAS OU AUSÊNCIAS:**

A partir das análises dos artigos, é possível afirmar que não há uma análise ampla e com profundidade teórica em relação às políticas para Infância e Juventude, mas em relação à programas e serviços específicos.

## **EDUCAÇÃO**

- **PRINCIPAIS TENDÊNCIAS:**

A redução de gastos com a Política de Assistência estudantil foi um tema recorrente. Vários artigos trataram sobre a assistência estudantil, pesquisados sobre diferentes objetos, abordando elementos referentes à educação em saúde, a inclusão através das cotas, a permanência nas universidades e as implicações da Covid-19.

As análises permeiam e ressaltam o desfinanciamento das universidades públicas, o que reflete nas poucas bolsas ofertadas aos estudantes e as implicações para a permanência dos mesmos. Também é ressaltado o processo de interiorização, através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Ressalta-se a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sendo um marco que favoreceu a expansão do Ensino Superior no Brasil, visto que possibilitou a permanência e a diplomação de estudantes oriundos de famílias pobres ou de baixa renda nas Universidades Federais.

Também é enfatizada a alteração da referida lei, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiências nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Os trabalhos concluem que o PNAES tem sido decisivo à garantia de implementação da Lei 12.711, que traz consigo também a garantia das cotas raciais.

A saúde dos discentes também foi alvo de preocupação nos estudos apresentados, sendo que associou-se este tema com a saúde mental após a pandemia.

Além disso a Precarização da formação profissional, relacionada à política de educação, privatização e o ensino a distância se destacam. A análise do governo Bolsonaro também aparece destacando seu caráter. Entre os autores mais citados para fundamentar as discussões observa-se Meszáros nas análises sobre o capitalismo estrutural e uma educação emancipadora. O debate sobre o capitalismo dependente a partir de Florestam Fernandes e os estudos de Paulo Freire são recorrentes.

Também foram foco de estudos os Estudantes com Deficiência debatendo a Acessibilidade e Inclusão. As Políticas de ações afirmativas e o debate antirracistas também se apresentaram. A crise do capitalismo foi aprofundada em poucos trabalhos e subsidiou o debate da Educação na pandemia.

Ainda destacamos artigos que analisam a política de educação, fazendo a mediação com o capitalismo dependente, o capital financeiro e a expansão das TICs principalmente no contexto da pandemia. Esses artigos apontam que a pandemia da Covid-19 possibilitou o processo de expansão das EADs, através da utilização das TICS, tensionando também as universidades públicas.

Apontam o processo de resistência principalmente das universidades públicas federais e estaduais. Há também trabalhos que fazem a análise do capitalismo dependente, utilizando Ruy Mauro Marini e a sua obra Dialética da Dependência. Esses trabalhos enfocam como a dependência tem sua importância de análise e aprofundamento, principalmente quando são realizadas mediações com a educação e os projetos societários.

De forma pulverizada, foi apresentado o debate sobre educação para crianças e adolescentes, no sentido de fortalecer a Rede de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, necessidade de construir uma educação antirracista e educação formal no espaço da Penitenciária.

Outro elemento fundamental destacado é a relação entre ensino, pesquisa e extensão. Esses trabalhos se referem às experiências vivenciadas: 1) através do ensino de disciplinas de uma universidade pública; e 2) a atuação do assistente social na política de educação.

- **LACUNAS OU AUSÊNCIAS:**

- a) Debate aprofundado dos determinantes da crise;
- b) Maior aprofundamento da “questão social”;
- c) Análise das expressões da “questão social” no contexto de crise capitalista e pandêmica associado a educação;
- d) Maior aprofundamento do capital financeiro;
- e) Maior aprofundamento sobre o processo de privatização na educação.

## **FUNDO PÚBLICO E ORÇAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

- **PRINCIPAIS TENDÊNCIAS:**

Os trabalhos iniciam quase de forma geral discutindo a categoria de fundo público, passando por uma crítica do Estado burguês e a crise do capital abordada na temática da financeirização com um contexto do neoliberalismo, em particular, ressaltando o caráter ultraneoliberal do capitalismo nessa quadra histórica.

As comunicações, a partir do contexto mais geral, abordam a financeirização e a dívida pública para compreender a captura do fundo

público e do orçamento com a destinação de fatia importante das despesas para o pagamento de juros e amortização da dívida. Para tanto, uma tendência nos trabalhos consiste em comparar essas despesas com aquelas destinadas notadamente ao orçamento da seguridade social.

Alguns trabalhos apresentam dados das três funções orçamentárias da seguridade social: previdência social, saúde e assistência social. Outros textos, estudam com mais aprofundamento as políticas de saúde e assistência social. Nesta última, há trabalhos enfocando programas de transferência de renda.

Há ainda, trabalhos abordando o orçamento da habitação, da educação e drogas e comunidades terapêuticas e o financiamento da atenção psicossocial. Em menor quantidade alguns trabalhos abordam tributos, mais especificamente o imposto de renda e as contribuições sociais e as renúncias tributárias. O tema do planejamento aparece no PPA e alguns textos sobre a teoria do planejamento. Praticamente todos os textos situam de alguma forma o debate do ajuste fiscal, a Desvinculação das Receitas da União (DRU), a austeridade fiscal e o Novo Regime Fiscal implantado pela Emenda Constitucional 95 (EC 95).

- **LACUNAS OU AUSÊNCIAS:**

- a) Os trabalhos acabam não aprofundando uma análise do Estado a partir da formação socioeconômica do Brasil, considerando suas particularidades de concentração de renda e riqueza e suas desigualdades de classe, gênero e raça.
- b) A abordagem sobre o Estado ocorre na perspectiva da teoria crítica, mas sem uma compreensão do Estado em um país dependente como Brasil e o que isso implicaria na conformação do fundo público e nos limites do financiamento das políticas sociais.

- c) A abordagem e o uso da categoria ultraneoliberalismo carece de melhor precisão teórica e histórica na sua abordagem.
- d) A temática do planejamento poderia aparecer no texto contextualizado a sua relação entre o Estado, fundo público e orçamento público.
- e) Questão tributária – financiamento tributário, renúncias tributárias, organização da gestão orçamentárias das políticas sociais no âmbito do fundo público;
- f) Ausência de estudos sobre fundos públicos (natureza contábil) sobre as políticas sociais;
- g) Os textos efetivamente estudam de forma superficial as fontes que financiam as políticas sociais ou sequer identificam essas fontes no orçamento público ou nas legislações e planejamento das políticas sociais;
- h) Financiamento de políticas públicas urbanas;
- i) A relação entre planejamento e fundo público;
- j) As implicações da Covid 19 no financiamento das políticas sociais;
- k) Transferência do fundo público para as organizações sociais ou relação pública e privada no âmbito do orçamento público;
- l) O debate sobre orçamento participativo.

## **LUTAS SOCIAIS E CONTROLE DEMOCRÁTICO NAS POLÍTICAS SOCIAIS**

- **PRINCIPAIS TENDÊNCIAS:**

Ressalta-se que são poucos os trabalhos apresentados neste eixo (8). Sendo que dois tratam de lutas sociais em torno da saúde pública e

outros dois têm como eixo uma discussão sobre avaliação e políticas sociais.

De forma mais pulverizada, os trabalhos incorporam temas e debates, como: autonomia, instituições participativas; movimentos sociais; assistência estudantil; política de saúde mental; resistências à remanicomialização; organização política; Serviço Social; controle social; Estado; sociedade civil; pesquisa avaliativa; e abordagem participativa.

Quase todos os textos são feitos a partir de levantamentos bibliográficos e de revisão de literatura. Sendo pouco os estudos resultantes de pesquisas “in loco” juntos aos movimentos sociais e aos conselhos de participação em políticas públicas.

Os textos buscam compreender as disputas políticas de diferentes sujeitos em torno das políticas e programas sociais no âmbito do Estado. Há uma crítica presente sobre a pseudo concepção da autonomia e relação ao Estado e ao sistema oficial de espaços de participação. Um dos textos destaca a participação popular na criação da assistência estudantil e outros três estudos abordam a importância da atuação dos movimentos sociais em defesa da saúde pública.

- **LACUNAS OU AUSÊNCIAS:**

Diante da pequena quantidade de trabalhos apresentados são inúmeras as lacunas ou ausências de abordagens, como:

- a) A análise da formação e constituição de movimento sociais, no marco das particularidades brasileira estabelecendo uma relação entre classe.
- b) Localização do trabalho profissional (assistentes sociais) junto as esferas do Estado,
- c) Conselhos de Políticas Sociais e com os movimentos sociais;

- d) Os movimentos sociais e a emergência de sujeitos coletivos de direito e a cidadania.
- e) Debate crítico acerca da sociedade civil organizada.
- f) As particularidades da formação do capitalismo no Brasil e as classes sociais;
- g) Democracia e cidadania;
- h) Processo de formação dos Movimentos Sociais;
- i) Debate sobre os “antigos” e “novos” movimentos sociais;
- j) A relação Estado, classes e movimentos sociais na contemporaneidade brasileira (a relação entre público e privado e a emergência de espaços públicos não- estatais).

## **2. 11. COLÓQUIO DO GTP NO XVII ENPESS**

Neste ENPESS, o GTP conduziu o Colóquio do GTP, no qual foram apresentadas todas as atividades realizadas pelo grupo no biênio 2021/2022. Estas atividades também foram relatadas aqui no relatório.

No ANEXO VII apresentamos os slides produzidos para o colóquio.

### 3. CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas pelos pesquisadores e pesquisadoras que fizeram parte da composição do Grupo TEMÁTICO DE PESQUISA POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL RELATÓRIO BIÊNIO 2021-2022 aqui apresentadas revelam parte do trabalho coletivo construído de forma dialógica e horizontal ao longo desse período, e ao mesmo tempo apresentam para a nova gestão da Abepss os desafios hercúleos para a pesquisa e a produção do conhecimento na área do Serviço Social face os avanços do ultra neoliberalismo no Brasil e na América Latina na contemporaneidade reverberando em um processo contínuo de agudização das expressões da questão social (pauperismo, desemprego, fome, violências, necropolítica).

As grandes diferenças de rendas e de acesso ao trabalho ou emprego em função da origem, etnia, gênero, localização geográfica, escolaridade, e um setor informal de dimensão gigantesca materializam um mercado de trabalho e de ocupação laboral dual, no qual poucos têm acesso aos direitos trabalhistas conquistados historicamente e muitos são submetidos a relações e vínculos de trabalho sem nenhum tipo de proteção trabalhista ou acesso as políticas sociais, destacamos com essa assertiva a centralidade das expressões da questão social para compreendermos o atual cenário econômico, social, político e cultural e os desafios para o Serviço Social brasileiro.

Nesse contexto o olhar atento do GTP de Política Social e Serviço Social acerca dos estudos e pesquisas desenvolvidos pelos pesquisadores e pesquisadoras da área de Serviço Social é uma ação importante para publicizar o estado da arte da produção do conhecimento na área e

fomentar articulações entre os/as pesquisadores/as nas regionais da ABEPSS.

Durante o biênio percebemos que as ações desenvolvidas pelo GTP de Política Social e Serviço Social em diálogo constante com a direção nacional da Abepss e com a sua plataforma de gestão (2021-2022) foram estratégicas para a realização de diálogos e debates ( internos externos) acerca da Política Social e do Serviço Social e das relações de classes sociais, considerando as dimensões de gênero e étnico-racial, e destas com o Estado brasileiro e a direção adotada para as políticas sociais setoriais. Apontamos como ações importantes para o próximo biênio a realização de ações articuladas entre os GTPs que compõem a ABEPSS e a criação de canais de comunicação mais diretos com os líderes dos grupos de pesquisa que estudam e ou pesquisam as temáticas de Política Social e Serviço Social.



## ANEXOS

## ANEXO I

### PLANEJAMENTO DO GRUPO TEMÁTICO DE PESQUISA (GTP) DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL DA ABEPSS PARA O BIÊNIO 2021-2022

#### Composição do GTP

##### Comissão Coordenadora do GTP

Patrícia Soraya Mustafa

Universidade Estadual Paulista – UNESP / Franca/SP

Email – patimustafa@gmail.com

Fone – 17 – 99132 8294

Alessandra Ximenes da Silva

Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Email: alesximenes@uol.com.br

Email – 81 – 992457323 Celular

Fone – 83 – 33445303 Institucional

Jucileide Ferreira do Nascimento

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Email – nascimento.jucileide@gmail.com

Fone – 71 – 99958 2805

Robson Roberto da Silva

Universidade Federal Fluminense – UFF

Email – robson.essuff@gmail.com

Fone – 21 – 99606 6474

Fone – 21 – 2629-2732 ou 2629-2727

### **Comissão Ampliada do GTP**

Denise Maria Fank de Almeida

Universidade Estadual de Londrina – UEL

Email – denifank@gmail.com

Fone – 43 – 99810 0321

Evilásio Salvador

Universidade de Brasília – UNB

E-mail – evilasiosalvador@gmail.com

Fone – 61 – 31077487

Cilene Sebastiana da Conceição

Universidade Federal do Pará – UFPA

E-mail – cilenelins@yahoo.com.br

Fone – 91 - 981324525

### **Planejamento do GTP para o biênio 2021-2022**

N.	AÇÕES
1	Realizar debates na coordenação ampliada sobre o eixo norteador da ABEPSS “Crise Social, Questão Social e Diretrizes Curriculares” para adensamento teórico sobre a temática e contribuições do GTP
2	Fazer levantamento nos principais periódicos do Serviço Social sobre o eixo norteador “Crise Social, Questão Social e Diretrizes Curriculares” e Política Social
3	Participar do Projeto ABEPSS ao Vivo, contribuindo com o debate
4	Participar da Oficina Nacional da ABEPSS com sugestão de uma mesa de debate dos GTPs acerca da temática priorizada pela atual

	gestão da ABEPSS: “Crise Social, Questão Social e Diretrizes Curriculares”
5	Participar das Oficinas Regionais da ABEPSS, no sentido de fomentar a presença do GTP nas diversas regiões: Sul I, Sul II, Leste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste
6	Participar da Oficina Nacional de Graduação e Pós-graduação, no sentido de contribuir com a articulação entre graduação e pós-graduação
7	Participar da Comissão de Comunicação da ABEPSS, contribuindo com a construção de possíveis estratégias
8	Atualizar o levantamento dos Grupos de Pesquisa e fazer contato com os pesquisadores da área, no intuito de se realizar um diagnóstico dos grupos de pesquisa, através do Google Forms para identificar demandas e possíveis estratégias de atuação junto aos mesmos
9	Elaborar e organizar uma coletânea sobre a temática “Crise Social, Questão Social, Política Social e Diretrizes Curriculares”
10	Participar das reuniões entre a Direção Nacional da ABEPSS e os GTPs
11	Contribuir com possíveis textos e notas técnicas de interesse da direção nacional da ABEPSS e da comunidade acadêmica em geral

## ANEXO II



NOTA TÉCNICA

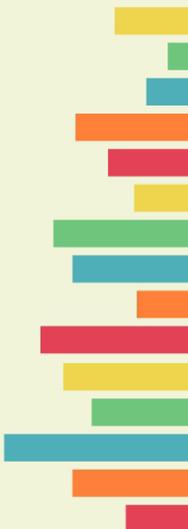
MARÇO 2021

**Família e Políticas Públicas:  
o acúmulo da pesquisa  
no Serviço Social**

**Aqui  
se respira  
luta!** ABEPSS 2021-2022

**Família e Políticas Públicas:  
o acúmulo da pesquisa  
no Serviço Social**

Brasília, março de 2021.



4  
**Introdução**

5  
**Família e Políticas Sociais:  
caminhos para uma apreensão crítica**

6  
**Serviço Social no Brasil  
e as pesquisas na área**

9  
**Família e Política Social em debate**

17  
**Políticas Familiares  
e a Formação Profissional**



RETORNA AO INÍCIO

## Introdução

Esta nota técnica constitui uma das ações político-acadêmicas desenvolvidas pela ABEPSS a partir da publicação do edital 02-2021 intitulado *Família e Políticas Públicas no Brasil* emitida no âmbito do Termo de Cooperação estabelecido entre a CAPES e a Secretaria Nacional da Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNF/MMFDH). A ABEPSS, em posicionamento contrário ao edital em tela e na matéria sobre o assunto – ambos disponíveis em [abepss.org.br](http://abepss.org.br) –, expôs os argumentos centrais que fundamentam a crítica a este documento. O documento que ora publicamos, articulado aos dois citados, propõe contribuir com o debate sobre a temática *família e políticas públicas*, no âmbito da pesquisa, da formação e do trabalho no Serviço Social. Esta estratégia se enquadra na função precípua da ABEPSS: articular e orientar a política de formação profissional e pesquisa no Serviço Social a nível nacional.

O posicionamento da entidade, que se manifesta contrário ao mencionado edital, sustenta-se em determinada concepção de pesquisa e de Serviço Social e no significado da pesquisa para a profissão. Ao mesmo tempo, é resultado do estágio alcançado pela pesquisa sobre o tema família e políticas públicas, resultante da perspectiva crítica adotada e coerente com uma concepção de mundo sem nenhum tipo de exploração nem opressão.

A nota pretende dar visibilidade a estes avanços, que são resultado de um trabalho coletivo que envolve pesquisadores/as, entidades acadêmico-políticas e movimentos sociais com vistas a enfrentar as concepções anacrônicas e regressivas que subjazem ao referido edital.

O debate e a pesquisa sobre Família e Políticas Públicas no Brasil tem se desenvolvido na área de Serviço Social acompanhando os avanços da profissão numa perspectiva radicalmente democrática, abordando a diversidade da sua composição na indissociabilidade das determinações de classe social, raça/etnia, gênero e diversidade sexual. Nessa perspectiva, oferecemos um caminho crítico para o debate e para o avanço das pesquisas sobre a temática, fortalecendo as conquistas democráticas alcançadas e reforçando a concepção de pesquisa e de profissão a serviço dos interesses sociais visando uma sociedade emancipada.

## Família e Políticas Sociais: caminhos para uma apreensão crítica



O Serviço Social, profissão que se constitui como especialização da divisão social, técnica, sexual e racial do trabalho na nossa sociedade, é regulamentado pela Lei 8662, de 1993, o que supõe o exercício legal e legítimo de uma determinada atividade que atende necessidades socioeconômicas e ideopolíticas da ordem burguesa. Intervém no âmbito das relações Estado/sociedade civil, no desvelamento e no enfrentamento das sequelas da questão social<sup>1</sup>, que é resultado dos antagonismos de interesses das classes sociais e de seus segmentos que demandam e polarizam a sua atuação profissional.

Como resultado das desigualdades de classe, gênero, raça/etnia, identidade e orientação sexual, a profissão recebe demandas das mais diversas, que advêm de sujeitos sociais individuais e coletivos. Nesta perspectiva, o significado sócio-histórico da profissão, sua legitimidade, a constituição de espaços sócio-ocupacionais, seu mercado de trabalho, suas atribuições profissionais e requisições institucionais, a definição dos sujeitos com os quais atua, encontram-se atravessados pelos antagonismos das classes e pelas respostas que uma determinada sociedade, a partir de suas instituições sociais e políticas, historicamente constrói para enfrentar a luta de classes.

<sup>1</sup> Para aprofundamento do debate acerca da *questão social* e sua relevância para o Serviço Social, ver: Revista *Temporalis* n 3. ABEPSS. Ano 2, n 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

## Serviço Social no Brasil e as pesquisas na área



No Brasil, dentre as mediações que configuram uma conjuntura sócio-histórica que torna possível e necessária a emergência da profissão, duas são consideradas fundamentais:

- a refuncionalização do papel do Estado para atender aos interesses da burguesia;
- o estágio da luta de classes, com o amadurecimento e avanço do nível de organização da classe trabalhadora.

Como demonstra Netto, em um determinado estágio de desenvolvimento do capitalismo, o Estado “é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido a (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo” (1992, p. 23).

A pesquisa na área, pelo referencial crítico adotado, ocupa posição de vanguarda na interpretação dos fundamentos da ordem capitalista, de modo a lhe permitir desvelar a contradição constitutiva das políticas sociais. Isto é, concomitantemente atendem às demandas da classe trabalhadora (no caso brasileiro, a parcelas desta) e à reprodução do modo de produção baseado na exploração do trabalho assalariado, uma vez que funcionam como um “salário indireto” (OLIVEIRA, 1988), possibilitando mais ou menos, a depender do escopo destas políticas, a reprodução do trabalhador enquanto força viva geradora de mais-valor para a acumulação capitalista.

Nos anos 30 do século passado, momento em que as sequelas da exploração capitalista não puderam mais deixar de ser reconhecidas a ponto de se converterem em objeto de uma intervenção “contínua e sistemática por parte do Estado” (NETTO, op. cit.), instaura-se um espaço sócio-ocupacional para assistentes sociais. É no contexto de complexas relações sociais contraditórias, “numa trama que envolve o social, o político, o econômico, o cultural, o religioso (YAZBEK, In: GUERRA et al., 2018, p. 48)<sup>2</sup> que a profissão atua na reprodução da força de trabalho e na manutenção de conquistas civilizatórias dos segmentos que pertencem à classe trabalhadora.

<sup>2</sup> Ver o artigo de YAZBEK in: Guerra, Y et. al. na Coletânea Serviço Social e seus fundamentos. Campinas, SP, Papel Social, 2018.

São as múltiplas e complexas mediações que formam o tecido social, solo histórico no qual a profissão se movimenta, que lhe exigem um profundo conhecimento da realidade social para identificar de que modo as diversas expressões da questão social se particularizam nos espaços sócio-ocupacionais nos quais atua. Tais conhecimentos, fundamentados em pressupostos teórico-metodológicos, devem nos permitir desvelar as múltiplas expressões da questão social, tais como a fome, o desemprego, as doenças, a violência, a ausência de acesso a bens e serviços que atendam necessidades sociais. Devem, ainda, instrumentalizar-nos para a formulação/implementação, monitoramento e avaliação de políticas sociais e para a docência. É no movimento das lutas sociais e históricas da classe trabalhadora e de seus segmentos que a profissão vai construindo respostas genuínas, competentes, críticas e comprometidas com o atendimento de necessidades sociais e com o acesso a bens e serviços sociais fundamentadas no pleno reconhecimento de direitos sociais e trabalhistas.

Nessa concepção, as políticas sociais não são entes isolados da economia política, ao contrário, a economia política aponta e define o caráter da política social. Assim, em tempos de liberalismo clássico, keynesianismo, neoliberalismo ou ultraneoliberalismo, o escopo das políticas sociais se diferencia.

A partir dessa perspectiva de análise, que possibilitou adensar as pesquisas na área, a defesa de acesso a direitos sociais implica a luta por políticas sociais de caráter universal, públicas, que possibilitem a proteção social da classe trabalhadora (composta por famílias e sua heterogeneidade de composição, de raça, gênero, orientação e diversidade sexual, religiosa, cultural e regional).

As pesquisas e a produção de conhecimento no Serviço Social têm trazido importantes contribuições sobre a intersecção Política Social e Família nos marcos do sistema capitalista, patriarcal e racista. Qualquer desenho ou formulação de políticas, projetos e programas voltados à família não pode prescindir desse debate, quando se pretende ampliar direitos e proteção social. A Constituição Federal de 1988 permitiu vislumbrar, no campo da política social, uma confluência virtuosa entre os dispositivos legais que foram sendo

criados para a implementação do projeto da Seguridade Social e o movimento da categoria profissional em torno de seu Projeto Ético-político. Apontou-se a esperança de construção de uma sociedade mais democrática do ponto de vista político, social, econômico, racial e de gênero. Entretanto a relação dialética entre esse movimento legal e o da categoria profissional foi fortemente abalada com o desmonte progressivo das proposições fundamentais da Seguridade Social brasileira através da imposição cada vez maior dos preceitos neoliberais e das recomendações dos organismos multilaterais. É certo que a normativa legal não altera a formação social, política e econômica calcada na superexploração de trabalhadores/as, na desigualdade socioeconômica extrema, nos privilégios de poucos e na dominação ideológica.

## Família e Política Social em debate



O Brasil nunca alcançou a proteção social dos trabalhadores e trabalhadoras, seja via trabalho assalariado, seja via políticas sociais, ou ambos associados, pois nunca se alcançou a construção de um projeto de redistribuição da riqueza produzida nestas terras.

Contraditoriamente, a política de saúde aprovada pela Carta Magna de 1988, por exemplo, possui um caráter de política social própria de países que vivenciaram processos de social-democracias, guiada pelo princípio da universalidade. A seguridade social brasileira se apresenta como uma inovação, ainda que de forma bastante tímida e restrita (BOSCHETTI, 2009). O fato é que o capitalismo dependente, submetido historicamente ao jugo do imperialismo norte-americano, após a Constituição de 1988, passa a receber os influxos do pensamento político-econômico neoliberal, calcados num ideário que apregoa que o bem estar coletivo é consequência do bem-estar individual, derivado da capacidade/esforço de cada um. Baseia-se, ainda, na política de ajuste fiscal, no intuito de gerar superavit primário, via privatizações e redução do orçamento social. Desta forma, o neoliberalismo é um forte golpe para a área das políticas sociais, mantendo-as focalizadas na miséria e possibilitando – no limite – a reprodução biológica da classe trabalhadora.

A ampliação do acesso em determinados momentos históricos – por parte dos segmentos mais pauperizados – a bens e serviços, tais como moradia, renda, educação e saúde, não alterou o padrão de desigualdade social, econômica, racial e de gênero. Em outros termos, mesmo sob o neoliberalismo, em alguns momentos históricos, o orçamento social foi, contraditoriamente, incrementado no país, sem, contudo, provocar o rompimento com as bases estruturais do capitalismo brasileiro dependente, e possibilitando, em geral, políticas sociais que pouco alteram as estruturas da miséria e pobreza deste país. Essas medidas, ainda que parcas, possibilitaram de forma pontual e residual o acesso dos segmentos mais pauperizados à renda e ao consumo de alguns bens, mesmo que temporária e parcialmente. Isto começa a incomodar as elites brasileiras.

Esse incômodo, acrescido à fome voraz do capital financeiro, irá impulsionar o golpe do capital (MASCARO, 2018), de 2016, que dá início a uma nova onda político-econômica-social e cultural no país – de um neoliberalismo mais radicalizado – chamado também de ultraneoliberalismo, associado ao neoconservadorismo da extrema direita. Este ultraneoliberalismo radicaliza a programática do ajuste fiscal, vide a Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 2016, que congela os gastos primários (diga-se, investimentos sociais) por 20 anos, significando um retrocesso no campo do financiamento das políticas sociais. Desta feita, aquelas políticas sociais que já eram parcas têm a sua morte anunciada. Isso se expressou nos últimos anos, de 2016 a 2020, nos cortes na política de saúde e na tentativa de sua privatização; no desfinanciamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e de seu principal programa, o Bolsa Família. Ocorreram também cortes significativos na área da educação pública e da pesquisa (em especial, na área das ciências sociais aplicadas) e nas restrições aos direitos previdenciários – basta analisar a EC nº103/2019 da contrarreforma desta política social; no desmantelamento da política de habitação, dentre outras<sup>3</sup>.

Com isso, reforça-se a ideia de “cada um por si” diante de um cenário em que o/a trabalhador/a está cada vez mais esfacelado/a. Observam-se taxas de desemprego crescentes e permanentes, arrocho salarial e parca proteção trabalhista (atacada pela última contrarreforma trabalhista, de 2017). Ou seja, a questão social é despolitizada, vista como um problema individual, no máximo familiar, com forte tendência ao familismo<sup>4</sup> e com uma perspectiva conservadora de família. As formas de enfrentamento das inúmeras expressões da questão social que as acometem também tendem a ser conservadoras, a exemplo do Programa “Criança Feliz”, das propostas dentro da política de saúde mental e antidrogas. Além da tendência à criminalização dos pobres que se traduz em uma política antipobre (que tem classe, cor, gênero, orientação sexual e religião).

Esse cenário colocou novas exigências aos profissionais e à produção de conhecimento, ao descortinar as questões relacionadas à retomada da incorporação da família na política social brasileira. Especialmente, a partir da década de 1990, aprofunda-se, sob nova roupagem, a perspectiva familista que sempre esteve presente nos sistemas de

<sup>3</sup> No momento de elaboração dessa nota, o congresso nacional discute a emenda constitucional n. 186, que reafirma cortes de gastos, congela salários de servidores, seguindo os influxos da agenda ultra neoliberal.

<sup>4</sup> Familismo, no campo da proteção social, é uma expressão que ganhou força com Esping – Andersen, em seu livro “Fundamentos Sociales de las economias postindustriales”, Barcelona: Ariel, 1999, para se referir aos regimes de bem-estar social que insistem na responsabilidade das unidades familiares como a principal encarregada pelo bem-estar social de seus membros. No Brasil, a proteção social sob a égide das políticas de austeridade vem delegando, em ritmo acelerado, a incumbência das famílias na provisão de recursos e cuidados necessários à satisfação das necessidades de seus membros, independente da desigualdade estrutural do país, expressa nos seus três eixos: classe, gênero e raça.

proteção social da América Latina. Isto é, a instituição familiar, nas últimas décadas, volta a figurar como central no campo das políticas sociais. Fala-se do fortalecimento dos vínculos familiares como medida de prevenção de possíveis “desajustes”, principalmente relacionados às problemáticas de uso abusivo de drogas na juventude, automutilação e gravidez na adolescência, entre outros.

Esta centralidade na família é carregada de uma visão conservadora, tanto no aspecto de não reconhecimento das atuais configurações familiares quanto na culpabilização da família. Desconsidera-se que a fragilidade dos vínculos familiares está relacionada – dentre outros fatores – às condições socioeconômicas de seus membros. Isto demonstra, como sinalizou Borón (1999), a grande capacidade do pensamento neoliberal de criar, recriar e incrementar um “senso comum neoliberal” enraizado nas crenças populares. Dessa forma, foi renascendo e se consolidando um discurso conservador sobre a iminência da destruição da família, a fragilização de seus vínculos e a ameaça que a destruição da família representa para a sociedade. Porém, como aponta Pescarolo (2001), esse discurso não tem veracidade. Segundo a autora, apesar das transformações ocorridas na família, no século XX, os estudos não confirmam a sua possível desintegração ou destruição, que tem se presentificado nas imagens simplificadas que são veiculadas, inclusive, pela mídia. No Brasil, os estudos continuam demonstrando que as famílias, na sua diversidade, continuam sendo o espaço mais importante de proteção social, apesar das condições de vida desiguais que caracterizam as famílias na sociedade brasileira. A propósito, em momentos de crises econômicas, as famílias funcionam como amortecedores dessas crises, à medida que absorvem grande parte dos impactos acarretados por elas (MONTALI, 2000; MIOTO, CAMPOS, CARLOTO, 2015).

Esta imagem de fragmentação da família, ainda segundo Pescarolo (2001), está fundada em simbolismos arcaicos e coletivos, como o sentimento de intimidade que parece ser universal, assim como os vínculos e afetos radicados na infância, que sempre têm ares de naturais e estranhos à influência da história. São justamente esses aspectos que justificam a oposição do pensamento conservador às mudanças na família, à medida que elas atropelam hábitos e costumes

cristalizados nas tradições e calcados na autoridade, na hierarquia e nos privilégios que sustentam e justificam as desigualdades sociais como naturais (GAHYVA, 2017). Portanto, ao se defender a “família tradicional”, defende-se a primazia da esfera privada sobre a esfera pública e, em última instância, a propriedade privada. Justamente por isso, o resgate do discurso de salvação da família aparece em cena a cada vez que se apresentam no horizonte movimentos de mudanças na ordem estabelecida.

Nesse debate, os estudos feministas com importante protagonismo de mulheres negras e pautados na teoria social crítica têm sido fundamentais para o desvelamento dos aspectos naturalizados do pensamento conservador sobre família, ao introduzirem a questão da divisão sexual e racial do trabalho e do papel das mulheres. Essas questões que passam a ser o grande mote de desestabilização do modelo “idealizado” de família, em que o papel subalterno das mulheres é fundamental para manter o equilíbrio de uma organização doméstico-familiar pautada pelo modelo nuclear burguês heterossexual. Os estudos feministas colocaram no centro da discussão as relações de gênero e raça/etnia, no sistema capitalista, trazendo para a reflexão:

- o modelo de família nuclear burguês heterossexual como fundamental para a sustentação dos sistemas de proteção social;
- a naturalização do papel das mulheres nas relações familiares como gestoras dos cuidados e do trabalho doméstico (com particularidades significativas na exploração do trabalho das mulheres negras quando analisamos o Brasil) como um importante suporte para o modelo de família nuclear burguesa, que se estrutura em uma rígida divisão sexual e racial do trabalho, no qual o homem deve atuar como provedor e a mulher como cuidadora e esteio emocional;
- a falsa dicotomia entre esfera reprodutiva e esfera produtiva, as fronteiras tênues entre o público e o privado, mostrando o papel fundamental do trabalho de cuidados exercido no âmbito doméstico para sustentar o funcionamento do modelo econômico capitalista e, por fim, como esses elementos impedem a conquista de autonomia pessoal, política e econômica das mulheres;

- a conciliação entre trabalho assalariado e trabalho familiar;
- a família não apenas como espaço de harmonia, mas também como espaço de contradições, de violência e desigualdades.

Esse debate, alimentado também pelos movimentos sociais pautados na ampliação e consolidação de direitos numa perspectiva emancipadora, vem constituindo uma oposição ao discurso extemporâneo conservador, que rotula as famílias que não se enquadram no modelo idealizado como “desestruturadas”; aliás, o modelo de “família estruturada” pode invisibilizar situações de violência contra mulheres, crianças e pessoas LGBTQIs no âmbito doméstico. Esse discurso despolitiza a realidade histórica e legítima, aprioristicamente, a direção das políticas públicas; valoriza a esfera privada como lugar da intimidade e mantém o conflito com a esfera pública, que representa o lugar de todos; que justifica as desigualdades estruturais como naturais e mantém a meritocracia como palavra de ordem. Uma meritocracia em que as condições individuais são totalmente dependentes das condições de vida das famílias de origem, ou seja, da razão de nascimento, marcada decisivamente pela desigualdade de classe, gênero e raça. Nesse sentido, diálogos, pesquisas e ações de políticas públicas voltadas para as mulheres e para crianças e adolescentes constituem pilares centrais para o entendimento e fortalecimento de vínculos familiares que respeitem a proteção e a dignidade humanas.

Os estudos sobre a temática na área de Serviço Social dão visibilidade às diferentes configurações familiares, questionando a concepção de família abstrata, desvelando um número significativo de famílias nas quais as mulheres são as únicas ou principais provedoras e gestoras de cuidados, das famílias vítimas do racismo estrutural, das famílias poliafetivas e das famílias compostas por pessoas transexuais. Trazem elementos bastante consistentes para se questionar sobre o que se fala e o que se pretende em projetos, programas e atividades que têm por foco a família.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que a família é uma instituição social que adquire características particulares, dependendo do espaço e do período histórico em que é analisada. Conceituar família, portanto, exige a observação de alguns elementos primordiais, como a economia,

a cultura, a ideologia, a religião e os padrões considerados normativos em uma sociedade. Por outro lado, limitar-se ao que a sociedade conceitua de forma generalizada é deixar na invisibilidade a vivência cotidiana das inter-relações que expressam a diversidade humana em suas diferentes constituições afetivas e modos de ordenamentos familiares.

No Brasil, as relações raciais que se desenvolvem desde a ocupação colonial são marcadas por diversas barreiras postas à população negra e indígena e suas organizações familiares, à medida que a estes grupos foram negadas as possibilidades de manutenção das relações familiares sem a imposição dos valores eurocêntricos transformados em padrão de civilidade. Civilidade erigida sob a desumanização dos sujeitos, negros e indígenas, com a ausência de liberdade, com a violação de seus grupos familiares, com a venda e separação de membros familiares e com as práticas do estupro colonial que ferem a existência das mulheres negras e desorganizam o grupo.

O racismo moderno cumpre um importante papel na sociedade burguesa, e os estereótipos e preconceitos atingem de maneira brutal as famílias negras e indígenas, nas diversas esferas da vida cotidiana.

Esses elementos nos levam a reiterar que as análises sobre família, em uma perspectiva transversal, devem considerar também os diferentes lugares ocupados pelas mulheres na divisão social, sexual e racial do trabalho. Davis (2016) expõe a intersecção entre classe, raça e gênero como elementos constitutivos das relações sociais e assevera que, na contemporaneidade, a raça corresponde a maneira como a classe é vivida. No que tange às mulheres negras, a inserção no mundo do trabalho ocorre, majoritariamente, nas funções mais precarizadas, insalubres, sem proteção trabalhista básica, com renda insuficiente, o que prejudica a capacidade protetiva do grupo familiar.

As pesquisas sobre a temática de família na área de Serviço Social têm demonstrado que, no contexto neoliberal de cortes de gastos em relação aos serviços públicos que garantem direitos sociais, conforme já mencionamos aqui, muitos trabalhos de assistência são massivamente delegados às famílias, e dentro destas às mulheres. São, em especial, as mulheres negras as principais responsáveis pelos cuidados dos doentes, quando faltam hospitais, e que cuidam

das crianças na ausência de creches, e as que são convocadas a trabalhar voluntariamente na ausência de serviços públicos. Há o fortalecimento de um modelo econômico no qual o papel do Estado perde protagonismo na garantia de direitos sociais e o mercado ganha força como pilar privilegiado na tríade Estado-Família-Mercado. Mantém-se também uma forte perspectiva maternalista, com o regime não absorvendo as responsabilidades familiares e delegando às mulheres um papel ativo e o protagonismo na garantia dos cuidados intrafamiliares. Assim, sobrecarrega-as com uma jornada extensa (trabalho pago e não pago) e as penaliza com a falta de serviços públicos de socialização das tarefas “tradicionalmente familiares”.

Isso se agrava entre as mais pobres, mulheres negras em sua maioria, já que não podem recorrer ao trabalho de cuidados pagos oferecidos pelo mercado. Isto implica que parte importante da produção da proteção social, no país e na América Latina, é de resolução individual e privada. Desta forma, as políticas de ajuste estrutural afetam diretamente a classe trabalhadora, de forma mais incisiva, a vida das mulheres, e de forma mais marcante ainda a vida das mulheres negras.

Além disso, as famílias negras e indígenas são sistematicamente mais afetadas pela violência estrutural do Estado brasileiro, o que se acirra no momento atual em que a pandemia de COVID-19 é um fator complicador frente às medidas arbitrárias do atual governo. O acesso às políticas sociais é essencial para a sobrevivência das famílias e não tem sido tratado com a seriedade necessária. De outro lado, avançam os dados de extermínio da população negra e indígena, os conflitos pela expulsão de povos originários e quilombolas de suas áreas, decorrentes do racismo estrutural.

Diversos são os desafios postos às famílias da classe trabalhadora devido à ausência de políticas públicas do Estado: no contexto rural, a ausência de escolas, trabalho, serviços de saúde geram um deslocamento forçado de jovens para os centros urbanos; nos espaços urbanos, a falta de políticas sociais e as condições de pauperização levam a adoecimentos físicos e psicológicos que interferem sobremaneira nas relações familiares.

O reconhecimento e respeito à diversidade, ao modo como se constituem as relações e vínculos afetivos e sociais são condições

fundamentais para que a conceituação de família, bem como as políticas públicas voltadas para ela, aproximem-se, o máximo possível, das condições concretas de sua constituição. Falamos aqui do reconhecimento das famílias homoafetivas, poliafetivas e compostas por pessoas transsexuais, monoparentais, extensas e intergeracionais, mas também acentuamos como os preconceitos, discriminações e violências provocadas pela sociedade patriarcal, racista e capitalista afetam os indivíduos de maneira particular e a sociedade como um todo, em cada um dos seus espaços e instituições.

Nesse contexto, o Serviço Social, com base nas categorias basilares da historicidade, totalidade e contradição, considera a multiplicidade de formas familiares como decorrente dos processos de transformação da sociedade, os modos de vida das famílias e as questões que têm lugar no seu interior como expressões das inúmeras relações que se entrecruzam no seu espaço. Ou seja, nas famílias, entrecruzam-se as relações que elas estabelecem com as diferentes esferas da sociedade, com o Estado, com o mercado e também com o mercado de trabalho, as relações entre os seus próprios membros, que não necessariamente são coincidentes nas suas necessidades, interesses e desejos e, ainda, as relações e os vínculos que mantêm com o conjunto das suas redes sociais primárias e secundárias.

Dessa forma, considera-se que os conflitos que têm lugar no seu interior não são gerados a partir das relações entre os seus membros, mas tendem a exprimir os conflitos constitutivos da própria sociedade. Além disso, considera que as famílias, dadas as condições objetivas de vida no quadro de desigualdades típicas do modo de produção capitalista e da transição demográfica contemporânea, não podem assumir a maior parte dos custos pela provisão de bem-estar de seus membros.

## Políticas Familiares e a Formação Profissional



A partir desses fundamentos é que o Serviço Social debate a questão das denominadas “políticas familiares”. Mesmo reconhecendo essa discussão como complexa e contraditória, não endossa as chamadas políticas familiares que restringem o seu escopo ao microcosmo da família. Ou seja, que desenvolvem suas iniciativas e programas com vistas a fortalecer as famílias nos seus vínculos e nos seus valores, bem como inculcar uma “cultura da família”, no conjunto das políticas sociais (MIOTO, 2012). Uma concepção já expressa na definição dada por Goldani (2007, p. 231) como “políticas de família” e não “para as famílias”. De acordo com a autora, as “políticas de família” correspondem a

um conjunto de medidas ou instrumentos com que se tenta intervir tratando de conformar estruturas familiares para reforçar um certo modelo ideal de família. Estes ideais responderiam tanto a valores culturais dominantes como a uma concepção de desenvolvimento econômico (GOLDANI, 2007, p.231).

Em sentido contrário, a partir dos princípios e fundamentos construídos coletivamente, e que balizam a pesquisa na área, tratar de “políticas familiares” implica considerar o conjunto das políticas sociais vinculadas à totalidade da vida social. Nessa perspectiva, tais políticas não podem estar alheias:

- à análise dos mecanismos redistributivos das políticas sociais, pois a forma como os recursos públicos são distribuídos é central nos processos de produção e reprodução das desigualdades;
- às desigualdades na distribuição dos serviços públicos, tanto em número quanto em qualidade, pois isso demarca a distribuição da riqueza;
- à análise das relações entre serviços sociais e famílias, isto porque os serviços (educação, saúde, assistência social) são recursos essenciais para o bem-estar e exercem papel fundamental na organização das famílias;

- ao trabalho familiar à medida que se trata de um trabalho invisível realizado, principalmente, pelas mulheres, que tem se constituído em recurso da política social;
- à divisão do trabalho no interior da família, que pode ou não ser favorecida pela política social, particularmente através dos serviços;
- aos tempos e modos de alocação do trabalho familiar, que não dependem só do mercado de trabalho, mas também das requisições do setor de serviços (SARACENO, 1997).

Assim, é reconhecido como intrínseco às “políticas familiares” as diferentes formas de ser e de conviver das famílias, as transformações da família e da sociedade, especialmente do mundo do trabalho, além de afirmar a presença do Estado na provisão de bem-estar e a importância dessa provisão para a preservação da convivência familiar. Ou seja, reitera-se o papel fundamental do Estado – a partir da garantia de direitos – para não responsabilizar as famílias pelas suas contingências, para não torná-las reféns da lógica mercantil e para não aprisionar sujeitos e famílias na dependência de suas redes de solidariedade.

**Esta concepção de família, de política social, de políticas familiares e de pesquisa na área de família exige uma formação profissional generalista, sustentada por fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que permitam o amplo conhecimento da realidade social, apreendida através da pesquisa imanente sobre os modos de ser, as formas de viver e de se reproduzir de sujeitos individuais e coletivos com quem o/a profissional estabelece vínculos de classe e que, ao mesmo tempo, habilite-o/a ao domínio de instrumentos e técnicas de intervenção na realidade social.**

Nessa perspectiva, a profissão se assenta e se nutre da intrínseca relação entre intervenção e investigação, tanto como “elementos que, embora de naturezas distintas, compreendem a dialética do modo de ser da profissão, claramente expresso nas competências/atribuições profissionais” (GUERRA, 2009, p. 703), quanto como

“princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade” (ABESS, 1997, p. 61). A profissão de Serviço Social encontra nas Diretrizes Curriculares da Abepss e demais referenciais que balizam o seu projeto ético-político, os fundamentos necessários a uma formação profissional crítica, rigorosa, densa, sólida e contemporânea do seu tempo<sup>5</sup>. Por considerar a unidade diversa entre intervenção e investigação, o conhecimento produzido a partir da multiplicidade de esferas, dimensões, determinações e mediações que compõem a realidade social e as expressões nas quais assistentes sociais atuam, necessita retornar ao trabalho profissional e se constituir em conteúdo de planos e projetos profissionais (IAMAMOTO, 2014, p. 611), mas também como conteúdo de denúncia e contestação da profissão e de outros sujeitos individuais e coletivos, tais como movimentos sociais.

Na particularidade da área da temática família e políticas sociais, é necessário observar as relações de gênero, as relações étnico-raciais, a diversidade e orientação sexual e a condição de classe como elementos interseccionados. Destaca-se aqui a importância da coleta do quesito raça/cor entre os dados que caracterizam as pessoas e suas famílias em consonância com as classificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicador essencial para que se possa realizar estudos comparados sobre as disparidades entre os grupos populacionais, ao invés da coleta unilateral em estudos com população negra. As pesquisas, portanto, precisam apreender as mediações necessárias para que se possa desvelar as particularidades dos grupos familiares, do contrário, mantém-se a reprodução do conservadorismo em sua relação umbilical com o capitalismo, racismo, patriarcado e sexismo.

Os avanços da profissão no que diz respeito ao seu posicionamento teórico-político sobre o tema é resultado de uma fértil trajetória histórica cujo marco pode ser apanhado no movimento que se convencionou chamar de “Reconceitualização Latino-americana”. Como resultado do seu amadurecimento teórico-metodológico e ético-político, uma vertente da profissão reage contra o histórico conservadorismo vigente nas suas formulações, bem como contra o modelo de políticas sociais do projeto desenvolvimentista e da CEPAL<sup>6</sup>. Este movimento coloca a profissão de frente para as lutas de libertação dos oprimidos e para o enfrentamento da histórica dependência e

<sup>5</sup> Esta hipótese está desenvolvida em: TEIXEIRA (2019). Disponível [aqui](#).

<sup>6</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Trata-se de uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas.

emancipação dos povos de vários países da América Latina. É nesta contextualidade sócio-histórica, marcada por confrontos e resistências, que se estabelecem as bases para uma interlocução com a obra de Marx e a tradição marxista, ainda que de maneira restrita.

A partir daí, o Serviço Social brasileiro consolida a sua maturidade intelectual (NETTO, 1992; IAMAMOTO, 1992), alcança o reconhecimento e a validação acadêmica como área de produção de conhecimento, determina seu estatuto profissional e o seu significado social, define a sua relação com as demais disciplinas da área das Ciências Sociais e Humanas, e, sobretudo, constrói e defende objetivos legitimados por um projeto de sociedade na defesa da liberdade, da democracia, dos direitos sociais e das políticas públicas. Contribui para isso a implantação da Pós-Graduação *stricto sensu*, na década de 1970, que conta, atualmente, com 36 programas (36 cursos de mestrados e 20 de doutorado), de caráter acadêmico e interdisciplinar, alocados por todo território nacional, e que têm formado quadros para a docência e para as políticas sociais, no Brasil e demais países da América Latina, e para outros continentes (especialmente, Europa e África).

Como resultado da pesquisa científica socialmente relevante e do seu reconhecimento pelas agências de fomento como área de produção de conhecimento, temos uma produção científica e bibliográfica próprias, expandida cada vez mais para outros países da América Latina. Tal produção é reconhecida não apenas pela sua qualidade, mas pelo seu vetor radicalmente crítico da ordem social, e que vem estabelecendo diálogo com importantes teóricos e intelectuais do país e fora dele. Há um consenso no que se refere ao reconhecimento de que foi a aproximação às lutas sociais e aos movimentos organizados, aliada à recorrência às Ciências Sociais e à tradição marxista que possibilitaram os avanços da pesquisa e da produção do conhecimento na área e que se expressa, com particularidades, nas pesquisas na área de família e políticas públicas. Contudo coube à tradição marxista

fertilizar todas as polêmicas relevantes: das questões pertinentes à natureza e significado da profissão e de suas técnicas, às questões sobre o Estado, o significado das políticas sociais, o papel dos movimentos sociais e sua organização, os processos de efetivação da democracia e da cidadania (entre outros). (GUERRA, 2009, p. 713).

Cabe destacar que para uma profissão como o Serviço Social, a pesquisa tem um papel fundamental, posto que lhe possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis à uma intervenção profissional qualificada.

Sempre atenta às demandas da classe trabalhadora, a profissão tem construído uma trajetória de resistência e luta. Através de sua organização estudantil, acadêmica e profissional, insere-se em processos de mobilização e de organização popular, articula-se com movimentos sindicais classistas e movimentos sociais que compartilham dos valores do projeto ético-político profissional, evidenciando o vínculo orgânico de assistentes sociais como parte da classe trabalhadora. Sua produção vem retratando tais compromissos e vínculos de classe e a defesa das funções democrático-sociais do Estado e das políticas sociais.

Diante deste cenário, endossamos as palavras de Maria Lúcia Barroco (2011, p. 215-216):

Os pilares que sustentam o nosso Projeto Ético Político em sua dimensão de ruptura – o marxismo, o ideário socialista da emancipação humana, o compromisso com as classes trabalhadoras e com a realização de um Serviço Social que atenda os seus reais interesses e necessidades, a busca de ruptura com o conservadorismo em todas as suas formas constituem o nosso mais valioso patrimônio que, espero, possamos cuidar dele com muito amor e coragem.

**BIBLIOGRAFIA**

- BARROCO, M. FL. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-217, abr./jun. 2011.
- BORON, A. Os novos Leviatãs e a polis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, E.; GENTILI, P. **Pós- Neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?** Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p. 7-67.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016
- ESPING-ANDERSEN, G. **Fundamentos sociales de las economías postindustriales**. Barcelona: Ariel, 1999.
- GAHYVA, H. Notas Sobre o Conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 35, p. 299- 320, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p299>>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- GOLDANI, Ana Maria. Reinventar políticas para famílias reinventadas: entre la realidade Brasileira y la utopia. In: **Famílias y políticas públicas em América Latina: una história de desencuentros**. CEPAL, 2007.
- GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. A Formação Acadêmico-Profissional no Serviço Social Brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**. n. 120, out.-dez. 2014. São Paulo, Cortez, 2014. p. 609-639.
- MARX, Karl. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MASCÁRO, Alysson L. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MIOTO, R.C.T. Processos de responsabilização das famílias no contexto dos serviços públicos: notas introdutórias. In: SARMENTO, H. B. M. (org.). **Serviço Social: questões contemporâneas**. 1ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, v. 1, p.125-138.

- MONTALI, L. **A família e trabalho na reestruturação produtiva**: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas: Unicamp, 2000. 31 p.; MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S; CARLOTO, C. M. (Orgs.) **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 22, p. 8-28, out. 1988.
- PESCAROLO, A. **La Famiglia**: Enciclopedia Italiana Eredita' del. Nocecento. Torino: IEI. 2001
- SARACENO, Chiara. Le compatibilità sociali nella riforma del welfare. In: **Animazione Sociale**, 6/7, Italia, 1997.
- TEIXEIRA, Rodrigo José. **Fundamentos do Serviço Social**: uma análise a partir da unidade dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, 2019
- YAZBEK, Maria Carmelita, **Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social**. In: Guerra, Y et. al. **Coletânea Serviço Social e seus fundamentos**. Campinas, SP, Papel Social, 2018.



**EQUIPE DE ELABORAÇÃO DA NOTA****Cassia Maria Carloto**

Pesquisadora da Rede de Pesquisa Família e política social – REFAPS. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

**Gustavo Javier Repetti**

Tesoureiro da ABEPSS – Gestão Aqui se respira luta – 2021-2022. Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ESS/UFRJ.

**Marcia Campos Eurico**

Coordenadora do GTP da ABEPSS Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

**Patrícia Soraya Mustafa**

Coordenadora do GTP da ABEPSS Política Social e Serviço Social. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/FRANCA.

**Paula Martins Sirelli**

Secretaria da ABEPSS – Gestão Aqui se respira luta – 2021-2022. Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras – UFF/CURO.

**Regina Celia Tomaso Miotto**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGSS/UFSC.

**Rodrigo José Teixeira**

Presidente da ABEPSS – Gestão Aqui se respira luta – 2021-2022. Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – Campus Rio das Ostras – UFF/CURO.

**Yolanda Guerra**

Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSS/UFRJ.

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

**REVISÃO TEXTUAL**

Alana Ferreira

# Aqui se respira luta!

ABEPSS 2021-2022

## REGIÃO SUL II

### **Representantes Discentes de Graduação:**

Maria Fernanda de Aguiar Azevedo - Unifesp

Guilherme Siqueira - Puc-Camp

### **Representantes Discentes de Pós:**

Roberta Pereira da Silva - Puc-SP

Rosicler Lemos da Silva - Unesp

### **Representante de Supervisor/a de Estágio:**

Ester Fátima Vargem Rodrigues - Secretaria Municipal de DH-SP

### **Suplente Docente:**

Onilda Alves do Carmo - Unesp

### **Coord. Regional de Pós-Graduação:**

Renata Christina Gonçalves dos Santos - Unifesp

### **Coord. Regional de Graduação:**

Edvânia Angela de Souza - Unesp

### **Vice-presidente Regional:**

Fabiana Aparecida de Carvalho - Puc-Camp

## REGIÃO SUL I

### **Representantes Discentes de Graduação:**

Luana Portela – UFPR

### **Representantes Discentes de Pós:**

Esdras Tavares de Oliveira - UEL

Michael da Costa Lampert – Puc-RS

### **Representante de Supervisor/a de Estágio:**

Suéllen Bezerra Alves Keller - TJRS

### **Suplente Docente:**

Denise Maria Fank de Almeida - Uel

### **Coord. Regional de Pós-Graduação:**

Michelly Laurita Wiese - Ufsc

### **Coord. Regional de Graduação:**

Monique Bronzoni Damascena - Unipampa

### **Vice-presidente Regional:**

Kathiuscia Aparecida Freitas Pereira Coelho - Uel

**REGIONAL NORTE****Representantes Discentes de Pós:**

Maria Aparecida Milanez Cavalcante - UFPI

Kátia da Silva Farias - UFT

**Representante de Supervisor/a de Estágio:**

Rita de Cassia Barbosa dos Santos - FUNPAPA

**Suplente Docente da Gestão:**

Jeffeson William Pereira - Ufam

**Coord. Regional de Pós-Graduação:**

Zaira Sabry Azar - Ufma

**Coord. Regional de Graduação:**

Teresa Cristina Moura Costa - UFPI

**Vice-presidente Regional:**

Rosemeire dos Santos - UFT

**REGIONAL NORDESTE****Representantes Discentes de Graduação:**

Vanessa de Almeida Bandeira - Uern

Ana Alice de Souza Vicente - UFBA

**Representante Discente de Pós:**

Yanca Virgínia Araújo Silva – UEPB

Ingred Lydiane de Lima Silva - Uern

**Representante de Supervisor/a de Estágio:**

Adiliane Batista - IFPE

**Suplente Docente da Gestão:**

Sueli Maria do Nascimento - Ufal

**Coord. Regional de Pós-Graduação:**

Fernanda Marques - Uern

**Coord. Regional de Graduação:**

Andrea Alice Rodrigues Silva- UFRB

**Vice-presidente Regional:**

Paulo Felix - UFS

**REGIÃO CENTRO OESTE****Representantes Discentes de Pós:**

Sarah Silva Martins - PUC-GO

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza - UnB

**Representante de Supervisor/a de Estágio:**

Euzamar Ribeiro de Oliveira – IFG – Cidade de Goiás

**Suplente Docente da Gestão:**

Betina Ahlert - UFMT

**Coord. Regional de Pós-Graduação:**

Janaína Lopes do Nascimento Duarte - UnB

**Coord. Regional de Graduação:**

Josiley Carrijo Rafael - UFMT

**Vice-presidente Regional:**

George Francisco Ceolin – UFG

**REGIÃO LESTE****Representantes Discentes de Pós:**

Matheus de Paula - UFF Niterói

Rosária de Sá - UFRJ

**Representante de Supervisor/a de Estágio:**

Anailza Perini de Carvalho

**Suplente Docente da Gestão:**

Valter Martins - UFF Campos dos Goytacazes

**Coord. Regional de Pós-Graduação:**

Renato dos Santos Veloso - UERJ

**Coord. Regional de Graduação:**

Giselle Souza da Silva - Unirio

**Vice-presidente Regional:**

Ana Maria Ferreira – UFJF

**EXECUTIVA NACIONAL****Representantes Discentes de Pós:**

Rafaela Bezerra Fernandes - UFRJ

Tales Willyan Fornazier Moreira – Puc-SP

**Suplentes Docentes:**

Sheila Dias Almeida - Ufop

Juliana Iglesias Melim - Ufes

**Coordenação de Relações Internacionais:**

Ramiro Marcos Dulcich Piccolo – UFF Rio das Ostras

**Coord. Nacional de Pós-Graduação:**

Maria Liduina de Oliveira e Silva - Unifesp

**Coord. Nacional de Graduação:**

Marina Monteiro de Castro e Castro - UFJF

**Tesoureiro:**

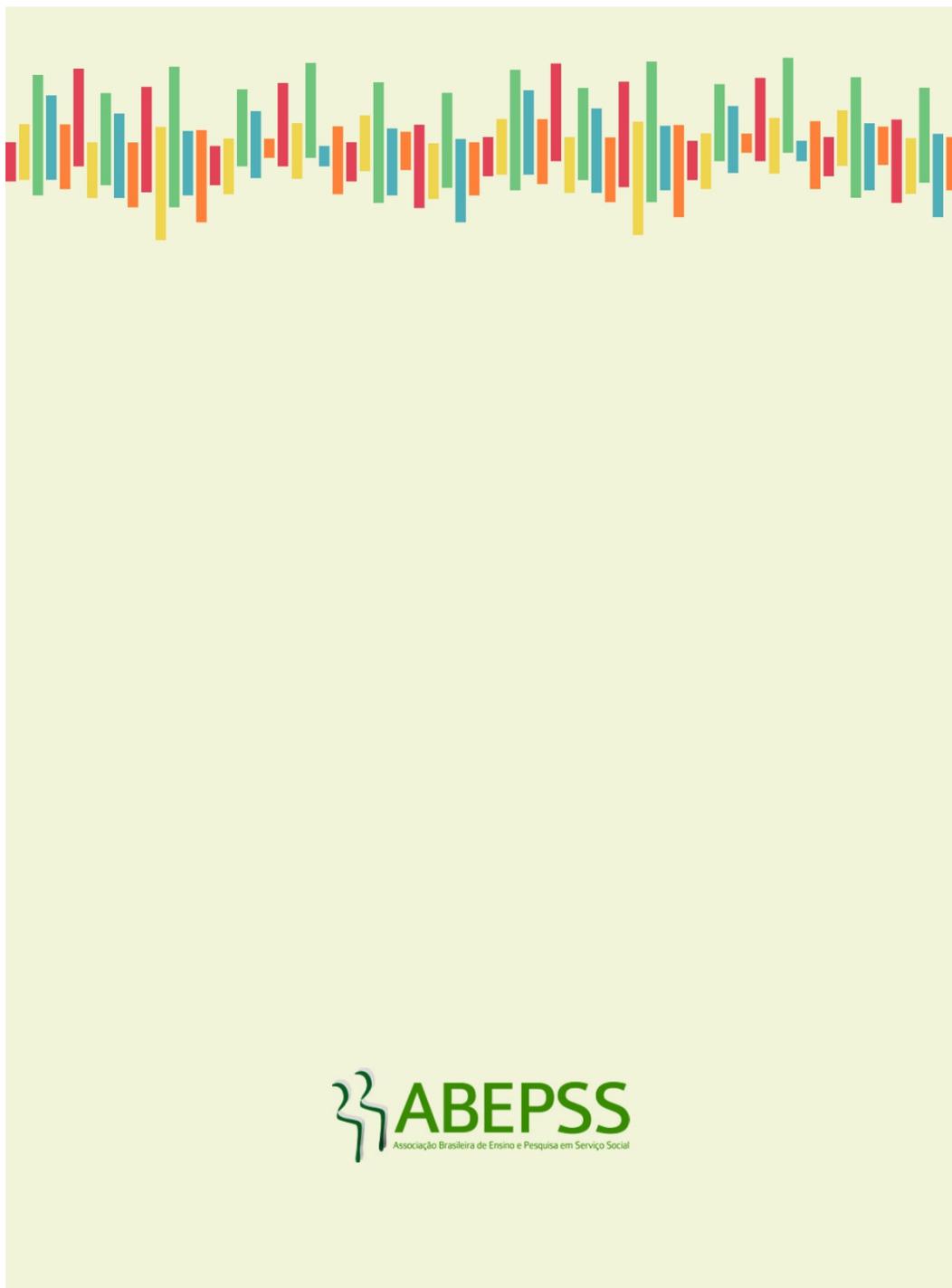
Gustavo Javier Repetti - UFRJ

**Secretaria:**

Paula Martins Sirelli - UFF Rio das Ostras

**Presidente:**

Rodrigo José Teixeira – UFF Rio das Ostras



**ANEXO III**

Acessar no link: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37236>

## ANEXO IV

### CONVITE

Caras/os pesquisadoras/es:

O Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de Serviço Social e Política Social, gestão 2021-2022, saúda a todas/os pesquisadoras/es da área temática de política social, e as/os convida para uma reunião no formato online no dia **16 de setembro de 2022 às 14 horas**, através do Link da videochamada: <https://meet.google.com/zcz-jfno-ntca>

Neste encontro, do dia 16/08, propomos a seguinte pauta:

1. Apresentar o GTP de Serviço Social e Política Social: ementa e atual composição;
2. Apresentar e compartilhar com as/os pesquisadoras/es o levantamento bibliográfico realizado pelo GTP;
3. Socializar a live que realizamos em 2021: O debate das políticas sociais e as diretrizes curriculares: reflexões do GTP de Política Social;
4. Compartilhar a Nota Técnica produzida pela ABEPSS com a participação deste GTP, intitulada como: Nota técnica. Família e Políticas Públicas: o acúmulo da pesquisa no Serviço Social – para manifestar posicionamento da ABEPSS contrário ao Edital 02-2021 da CAPES;
5. Apresentar o levantamento dos grupos de pesquisa na área temática de política social, realizado pelo GTP;
6. Apresentar o debate desenvolvido pelo GTP em artigo da Revista Temporalis n. 42 de 2021, intitulado como: Política Social e as

diretrizes curriculares: contribuições do GTP Serviço Social e Política Social. (<https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37236>);

7. Debate, informes e encaminhamentos.

Lembrando que os GTPs são grupos temáticos de pesquisa constituídos pela ABEPSS, e assim, devem junto com esta entidade estimular a produção científica da nossa área, produção esta que deve ser socialmente relevante, articulada com as forças radicalmente democráticas da sociedade brasileira, marcada pelo rigor teórico, metodológico e compromisso ético. Portanto, os GTPs constituem, sobretudo, uma estratégia de resistência no sentido de estimular a produção de conhecimento crítico no âmbito do Serviço Social.

Nos despedimos, agradecendo a sua atenção e certas/os de contar com sua participação!

Um abraço!

Até breve!

GTP de Serviço Social e Política Social

Gestão 2021-2022

## ANEXO V

Lista e-mails líderes Pesquisa por Regional ABEPSS (Temática dos grupos :Seguridade Social; Política Social)

Fonte: Plataforma Grupos de Pesquisa do CNPQ - Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq

(Acesso Diretório maio de 2022)

- **NORTE (Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão e Piauí)**

maciel@ufpa.br;

gaepp.ufma96@gmail.com;

ysasaki14@gmail.com;

celiaalbiero@uft.edu.br;

burginski@uft.edu.br;

emgoulart@uol.com.br;

geppsfamuft@gmail.com;

gepmarx@mail.uft.edu.br;

claudia.durans@ufma.br;

gserms@ufma.br;

rpontes@ufpa.br;

liliapenha@hotmail.com;

joanavalente@ufpa.br;

servicosocial@uerr.edu.br;

socorro.chaves@pq.cnpq.br;  
nepas@ifpi.edu.br;  
nepessceuma@googlegroups.com;  
mdalvaferreira@uol.com.br;  
anypinheiro@hotmail.com;  
shelena@ufpa.br;  
iracildabraga@ufpi.edu.br;  
tradhuss@gmail.com;

- **Nordeste (Alagoas; Bahia; Ceará; Paraíba; Pernambuco; Rio Grande Norte; Sergipe)**

edistia@uol.com.br;  
bmota@elogica.com.br;  
rsuchoa@uol.com.br;  
anacvieira12@gmail.com;  
laudicena.barreto@ufpe.br;  
ethisophias@gmail.com;  
marciadesa27roc@gmail.com;  
aionesousa@hotmail.com;  
vonetesoes@uern.br;  
Edla.hoffmann@ufrn.br;  
heleniavila@ufrb.edu.br;  
jucileide@ufrb.edu.br;

trappos.pesquisa@gmail.com;  
fabricio@ufrb.edu.br;  
gtssedu@gmail.com;  
elza.peixoto@ufba.br;  
correia.mariavaleria@gmail.com;  
margaridasocial@uol.com.br;  
maria.valenca@cedu.ufal.br;  
auri\_donato@uol.com.br;  
tercalialira@servidor.uepb.edu.br;  
reginaldo.francajr@gmail.com;  
alesximenes@servidor.uepb.edu.br;  
jordeanadavi@servidor.uepb.edu.br;  
claudiac\_gomes@hotmail.com6;  
niviacp@gmail.com;  
patriciabcaval@gmail.com;  
conde.lucia@gmail.com;  
cynthiastudart@yahoo.com.br;  
licavasconcelos@gmail.com;  
maria.lepikson@ucsal.br;  
gilcarrera@gmail.com;  
ana.pitta@pro.ucsal.br;  
carlos.zamora@uol.com.br;

- **LESTE (Espírito Santo; Minas Gerais; Rio de Janeiro)**

elan.rosbeh@uol.com.br ;

adriana.mesquita@ufop.edu.br ;

as.carlosmoraes@gmail.com ;

roberto.carmo@ufop.edu.br ;

gpodeuff@gmail.com;

valtermartins@id.uff.br ;

sgranemann@uol.com.br;

ericalmeida@uol.com.br;

nemps.ufes@gmail.com;

warllon.barcellos@uemg.br;

ritacsfreitas@uol.com.br;

ludmila.ufrj@gmail.com;

nutss.uff@gmail.com;

gleyce.lima@ifrj.edu.br;

raquellino@hotmail.com;

janeteluziaufrj@gmail.com ;

inezstampa@gmail.com;

julianalobo@id.uff.br;

jeaneandreaiferraz@gmail.com;

alejapasto@yahoo.com.br;

lanaeabreu@gmail.com;

coordservicosocial.marica@universidadedevassouras.edu.br ;

jrjrjuffro@gmail.com;

barros.nivia@gmail.com;

- **Centro Oeste (Distrito Federal; Goiás e Mato Grosso)**

figueiredo.kenia@gmail.com

angelaneves97@gmail.com

evilasiooss@unb.br

genposs@unb.br

andreaoliveirasus@gmail.com

lucialopes198@gmail.com

camilapotyara@gmail.com

denise.andradeneves@gmail.com

mcspadial@gmail.com

lcharbel@terra.com.br

silviayannoulas@unb.br

mlucia@unb.br

- **SUL I (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)**

keliregina@yahoo.com

liriabettiol@uel.br

beatriz.paiva@ufsc.br

mailiz@ufrgs.br

carolinegoerck@yahoo.com.br

nisfaps@contato.ufsc.br

ufpr.ss@gmail.com

rmariacf@uol.com.br

jaina.pedersen@gmail.com

vini.silva@ucpel.edu.br

- **SUL II (São Paulo)**

patricia.mustafa@unesp.br

fersarreta2009@yahoo.com.br

pesquisa@unip.br

aldaiza@sposati.com.br

nayara.hakime@unesp.br

celsoty@yahoo.com.br

raichelis@uol.com.br

michelesuave@hotmail.com

tania.diniz@unifesp.br

nucleoca2018@gmail.com

sssocial@pucsp.br

andreialiporoni@yahoo.com.br

minesfontana@gmail.com

getrab.usp@gmail.com

edvaniaangela@hotmail.com

marcelo.gallo@unesp.br



[gisele.bovolenta@unifesp.br](mailto:gisele.bovolenta@unifesp.br)

**(OBS: Foi retirado o grupo de Dirce Koga, em virtude do seu falecimento)**

**Relatório do GTP de Política Social e Serviço Social – biênio 2021-2022**

Errata: Levantamento dos Grupos de pesquisa na área de Serviço Social na Região Centro-Oeste.

<b>Linha de pesquisa</b>	<b>Nome Grupo</b>	<b>Líder (s)</b>	<b>e-mail</b>	<b>Instituição</b>	<b>Número</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho, educação e serviço social</li> <li>• Comunicação e Serviço Social</li> <li>• Comunicação Pública e políticas sociais</li> </ul>	1.Compass - Grupo de estudos e pesquisa sobre comunicação pública,	Kênia Augusta Figueiredo	figueiredo.kenia@gmail.com	Universidade de Brasília - UnB	8
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Democracia participativa e sociedade civil</li> <li>• Estado , Controle Democrático e Sociedade civil</li> <li>• Política de Educação, Programas de Assistência Estudantil e Participação Social</li> <li>• Política social, democracia e cultura política</li> <li>• Política Social, Ativismo e democracia: Estudos de diferentes arranjos participativos</li> <li>• Política Social, Seguridade e Assistência Social</li> <li>• Proteção Social e Saúde</li> </ul>	2.DEMOCRACIA, SOCIEDADE CIVIL e SERVIÇO SOCIAL	Angela Vieira Neves	angelaneves97@gmail.com	Universidade de Brasília - UnB	20
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado, hegemonia e política na América Latina</li> </ul>	3.FOHPS núcleo de estudos e pesquisas sobre Fundo Público, Orçamento	Evilasio da Silva Salvador	evilasio@unb.br	Universidade de Brasília - UnB	7

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundo público e orçamento das políticas sociais</li> </ul>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política Social: Estado e Sociedade</li> </ul>	4.GENPOSS - Grupo de estudo e pesquisa em em Gênero, Política Social	Marlene Teixeira Rodrigues	genposs@unb.br	Universidade de Brasília - UnB	12
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde e sociedade</li> </ul>	5.Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde, Sociedade e Política Social	Andréia de Oliveira	andreaoliveirasus@gmail.com	Universidade de Brasília - UnB	3
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado, Política Social e Sociedade</li> <li>• Marxismo, Trabalho e sociabilidade</li> </ul>	6.Grupo de Estudos Marxistas e Pesquisas em Política Social e Trabalho - GEMPP	Maria Lucia Lopes da Silva	lucialopes198@gmail.com	Universidade de Brasília - UnB	10
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente</li> <li>• Estado, capitalismo dependente e política social no Brasil</li> <li>• Nova Direita, Democracia e Política Social</li> </ul>	7.Grupo de Estudos Político-Sociais (POLITIZA)	Camila Potyara Pereira	camilapotyara@gmail.com	Universidade de Brasília - UnB	10
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política Social, Movimentos Sociais e Cidadania:</li> </ul>	8.Infância, adolescência e Políticas Públicas	Denise Carmen de Andrade Neves	denise.andradeneves@gmail.com	PUC GOIÁS	2
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política Social, Movimentos Sociais e Cidadania</li> <li>• Teoria social e serviço social</li> </ul>	9.Ontologia marxiana, trabalho, educação, estado e luta de classes	Maria Conceição Sarmento Padial Machado	mcspadial@gmail.com	PUC GOIÁS	9
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Movimentos Sociais e Emancipação</li> <li>• Política Social, Estado e Direitos Sociais</li> </ul>	10. Política Social, Direitos Sociais e Serviço Social	Liliane Capilé Charbel Novais	lcharbel@terra.com.br	UFMT	12

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado, Política Social e Direitos – Educação</li> <li>• Estado, Política Social e Direitos - Trabalho</li> </ul>	11. Trabalho, Educação e Discriminação - TEDis	Silvia Cristina Yannoulas	silviayannoulas@unb.br	Universidade de Brasília - UnB	25
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política Social</li> </ul>	12. VIOLES - GRUPO DE PESQUISA SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS, VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE	Maria Lúcia Pinto Leal	mlucia@unb.br	Universidade de Brasília - UnB	21

Fonte: CNPq – Diretório de Grupos de Pesquisas no Brasil.

Elaboração própria

Notas:

- 1) Consulta realizada em 20 de maio de 2022.
- 2) Somente para área de Serviço Social da Região Centro-Oeste.
- 3) Somente grupos certificados e atualizados.
- 4) Palavras-chaves exatas usadas na busca “política social” e “seguridade social” que foram filtradas por linhas de pesquisa e grupos.